

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.12
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 44
Dia/ Mês/Ano	1996-1999
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1996-1999, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla discussões sobre privatizações, campanhas eleitorais, o cenário de corrupção e declarações sobre o Presidente Fernando Henrique Cardoso.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Catolicismo; Política; Eleições; FHC; Corrupção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



Notas explicativas	-
---------------------------	---

Bibliothek

G N B B

Okt - 96 - Aug 99

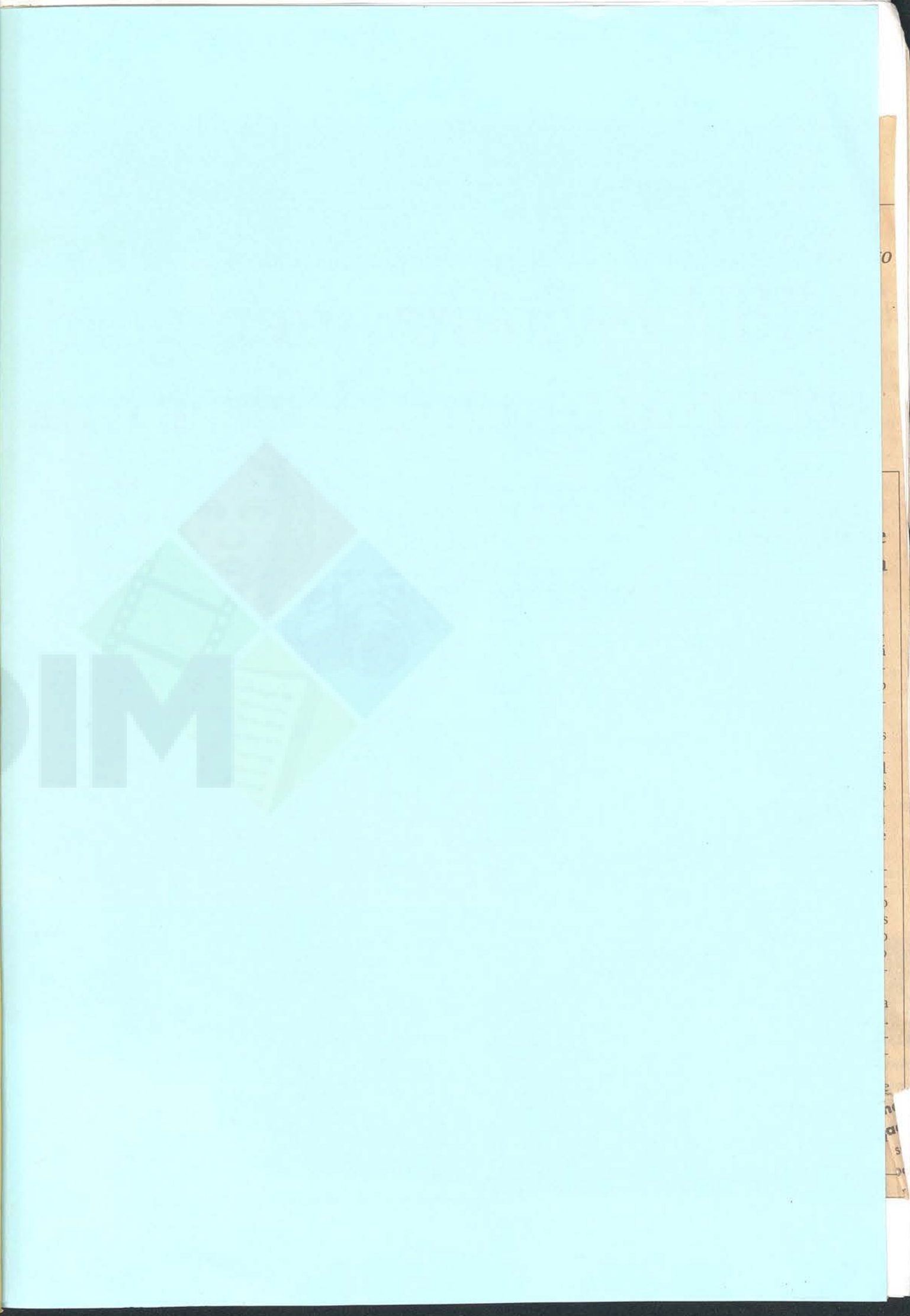
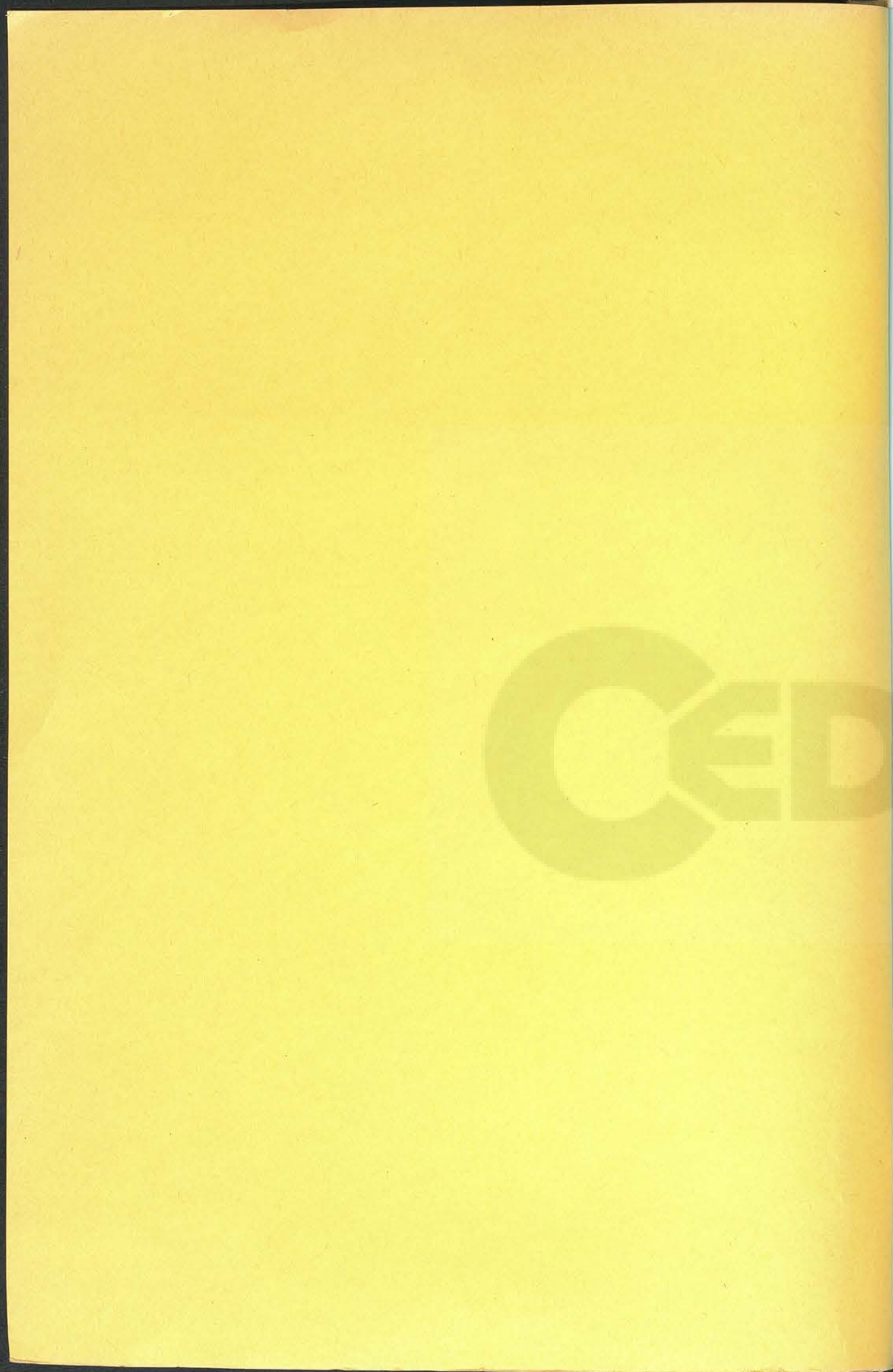
CEDIM

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.12

Bibliothek

03.10.10



CAMPO MINADO Entidade, que atuava como mediadora, diz que não comenta assunto

Jungmann envolve CNBB em assentamento inflado

RUBENS VALENTE
DO PAINEL
EDUARDO SCOLESSE
DA AGÊNCIA FOLHA

A assessoria do ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann tentou ontem caracterizar a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) como conhecedora das manobras estatísticas dos balanços da reforma agrária e, ao mesmo tempo, comprovou que 36% do número de famílias "assentadas" em 2000 foi inflado pelo ministério.

A assessoria enviou à Folha cópia da ata de reunião ocorrida em Brasília, em julho de 2000, na qual o governo e os movimentos sociais discutiram pautas agrárias sob a mediação da CNBB. Jungmann tinha conhecimento de que o documento seria enviado.

O documento, assinado pelo secretário-geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno, aponta que o governo se comprometia a "assentar" 40 mil famílias em 2000 que só receberiam créditos para instalação e produção em 2001 —o que contraria regra de

Desapropriei no Brasil mais de 20 milhões de hectares de terra. É o maior programa que já se fez na história contemporânea

FHC, em 27/3/2002

manual do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), segundo o qual só se considera assentada uma família que tenha toda a infra-estrutura básica, como água, luz e esgoto.

O documento indica que as famílias na verdade não seriam —de julho a dezembro— devidamente colocadas em suas terras com a infra-estrutura necessária. Só no ano seguinte receberiam os primeiros créditos, sem os quais não poderiam se instalar na área.

O governo alegou, na reunião, que não conseguiria realizar os assentamentos naquele mesmo ano "devido a limitações orçamentárias". Mas incluiu as 40 mil famílias no balanço final de 2000.

O governo tem utilizado vários expedientes para inflar o número de "assentados", como acrescentar nos balanços famílias que se relacionam a propriedades em fase de decreto de desapropriação

ou subsequentes e também somar os trabalhadores cadastrados pelos correios que ainda não sabem em qual área serão colocados.

Sem comentários

A CNBB disse ontem que se recusa a comentar o documento, por se tratar de um papel "reservado e que não deveria ter sido vazado à imprensa".

A reunião de que trata a ata não discutia os balanços da reforma agrária e sim a possibilidade do "assentamento" de famílias por etapas (em dois anos, como fez o governo). A CNBB não participou da realização dos balanços. Ao final da ata está registrado que a entidade "considerou encerrada a mediação da CNBB neste ciclo de negociações".

Além da CNBB, atuaram na mediação entre os movimentos e o governo a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs). O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) participaram das negociações.

No final da tarde, a assessoria do ministério enviou um fax ao jornal, mencionando o endereço na internet onde estaria acessível a ata. A CNBB esclareceu que nesse endereço constava (está fora do ar) apenas uma nota que resumiu a reunião, e não a íntegra da ata.

Comissão visita assentamento que pode ser fantasma

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma comissão de deputados federais do PT visitará hoje um suposto assentamento fantasma localizado em Planaltina (DF), próximo a Brasília.

A decisão foi tomada após a bancada ter se reunido ontem com a direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que apresentou um relatório com dados sobre assentamentos fantasmas.

"Nessa fazenda [em Planaltina], deveriam estar assentadas 280 famílias, pelo menos se considerarmos os números divulgados pelo governo", disse João Paulo Rodrigues, que integra a direção nacional do MST.

No entanto, segundo ele, a área está totalmente vazia. "É um dos inúmeros assentamentos fictícios existentes" disse Rodrigues.

Segundo a assessoria de imprensa da liderança do PT da Câmara dos Deputados, o objetivo da visita é constatar o problema.

32. Ebd. 484.

33. Nostra Aetate, 2. Übersetzung von LThk 13 - Freiburg-Basel-Wien 1980, 47.

Editoria de Arte/Folha Imagem

ENTENDA O CASO DOS ASSENTAMENTOS

Propaganda
O governo tem inflado seus balanços da reforma agrária contabilizando assentamentos que não saíram do papel, terrenos vazios e áreas onde não há infra-estrutura básica

Números inflados
O balanço dos "assentados" em 2001 foi inflado com o cadastro de 12 mil famílias que só seriam atendidas a partir deste ano

Teoria
O ministro José Abrão reconheceu que uma família sem acesso a água, luz, rede de esgoto e crédito para construção de casa não pode ser considerada assentada

Contradições

1 Jungmann disse que desconsiderava o manual quando concluiu seus balanços anuais e que não é obrigado a divulgar os balanços detalhados da reforma agrária

2 O ex-ministro não soube explicar declaração de Orlando Muniz de que há um "banco de dados paralelo" com 51 mil famílias para "atender movimentos sociais". O assentamento dessas famílias, segundo Muniz, está

Prática
O secretário-executivo do ministério, Orlando Muniz, disse que pode "assentar" uma família sem que haja nenhum investimento na área

Novos balanços
Abrão anunciou que vai alterar a divulgação dos balanços, passando a especificar o número de famílias em cada etapa de assentamento

Inflação
O ex-ministro Raul Jungmann reconheceu que a pasta contabiliza "assentados" em um ano, mas só garante a eles créditos, casas e infra-estrutura nos anos seguintes, contrariando manual do Incra

"em andamento", apesar de o total já aparecer na conta de "600 mil" famílias assentadas no período 1995-2002

3 Ao afirmar que as 18.972 famílias que constam na nota de rodapé de um dos gráficos do relatório de 2001 justificam o total de "assentados", o ex-ministro assume que inflou seu balanço com trabalhadores rurais sem crédito, infra-estrutura e titulação

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Nota sobre a 3ª reunião de negociação Governo/MST, sob mediação da CNBB

Na 3ª reunião de negociação entre representantes do Governo Federal e do MST e de outros movimentos agrários, realizada na sede da CNBB em 20 de julho, chegou-se aos seguintes resultados:

5. Com referência aos pontos pendentes citados no item 3 acima, logrou-se alcançar, depois de extensa negociação, consenso mínimo nos seguintes termos:
a. o Governo comprometeu-se a assentar no ano 2000, mediante o instrumento da desapropriação por interesse social, 85.000 famílias, sendo que 45.000 correspondam à meta inicialmente programada para o corrente ano, 15.000 são remanejamentos de desapropriações realizadas em 1999, e mais 25.000 que seriam acrescidas à meta de 2000. Essas últimas 40.000 famílias, por limitações orçamentárias, somente receberiam créditos de instalação e à produção em 2001;

Em reunião em 2000 na sede da CNBB, governo admite que 40 mil famílias a serem "assentadas" naquele ano somente receberiam créditos em 2001, o que contraria manual do Incra e comprova a "inflação" dos números

RUMO ÀS ELEIÇÕES D. Jayme faz apelo por 'voto consciente' e pede que população

'Povo será enganado de no

PAULO DANIEL FARAH
ENVIADO ESPECIAL A INDAIATUBA

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), d. Jayme Henrique Chemello, 69, fez um apelo ontem por um voto consciente nas eleições presidenciais e disse que "é preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo".

"Eu sou apertado, pela obrigação, pelo dever, mas o partido é muito importante. O povo deve olhar como vota. É preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo. Eu peço um voto consciente, que ele não brinque

porque depois vai pagar quatro anos, vai amargar", afirmou d. Jayme em entrevista coletiva durante o encerramento da 40ª Assembleia Geral da CNBB no mosteiro de Itaici, bairro de Indaiatuba (interior de SP).

A assembleia deste ano comemorou o jubileu de ouro da CNBB, fundada em 1952.

"Gostaria que o povo pudesse fazer um voto consciente, verdadeiro e para o bem do país. Este é nosso apelo: que votem conscientes. A CNBB não tem nenhuma opção de partido por ora, a não ser que venha daqui para a frente algo. A única coisa que já fizemos foi entrar em contato com o Tribunal Superior Eleitoral no senti-

do de não permitir a corrupção eleitoral, para que não se vendam votos", declarou d. Jayme a respeito de um eventual apoio dos bispos da Igreja Católica brasileira a algum partido.

"Há quem pense: 'Não vou ganhar nada, um saquinho de leite já é alguma coisa'. Quando a gente está na fome mesmo, não dá para pensar muito. Orientamos as pessoas para que conheçam os candidatos e os partidos. Queremos que a corrupção não aconteça, porque ela é muito grave. Tem gente que ganha os votos porque usa dinheiro e outras coisas."

Sobre a receptividade do TSE ao pedido de investigação de possíveis irregularidades eleitorais, d.

Jayme afirmou que "disseram que vão trabalhar, unidos, porque eles também querem evitar a corrupção. E só podem dizer isso. Se um tribunal eleitoral dissesse o contrário, seria melhor que ele se demitisse. Seria mais ou menos entregar o galinheiro para a raposa".

Questionado se existe uma tendência da igreja de votar em candidatos que tenham propostas de combate à fome e à miséria, respondeu: "Temos de ver bem se na história do partido há esperança de que ele cumpra o que diz. Tem muita gente que na época da eleição aceita tudo".

O presidente da CNBB voltou a pedir uma auditoria independente para avaliar os juros da dívida

sábado, 20 de abril de 2002 A 11

'não brinque, porque depois vai pagar quatro anos' 'vo', diz CNBB



D. Jayme Chemello, presidente da CNBB, em entrevista coletiva

externa. "Há quem diga que nós já pagamos a dívida mais de uma vez", argumentou.

Pedofilia

D. Jayme também se manifestou a respeito dos casos de escândalos sexuais envolvendo padres, incluindo acusações de pedofilia que vieram à tona recentemente.

"É preciso ver se tudo é verdade. Quando se constata que houve o crime, ele deve ser punido. Queremos a verdade", afirmou. "Esse é um problema relativamente novo que está sacudindo o mundo inteiro." Sobre o celibato clerical, foi mais incisivo: "É um assunto muito reservado ao santo padre [o papa João Paulo 2º]".

FRASE

O povo deve olhar como vota. É preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo. Eu peço um voto consciente, que ele não brinque, porque depois ele vai pagar quatro anos, vai amargar

DOM JAYME HENRIQUE CHEMELLO

Entidade lança mutirão contra fome e miséria

DO ENVIADO A INDAIATUBA

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aprovou ontem, no encerramento de sua 40ª Assembléia Geral, o documento "Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome", que defende um mutirão contra a fome no país.

"Milhões de vítimas da miséria e da fome permanecem como marcas da violência, da injustiça e dos desmandos morais que não devemos esquecer para que nunca mais se repitam. As desigualdades sociais aumentam como fruto da globalização do mercado, que concentra poder e riqueza enquanto faz diminuir os postos de trabalho na indústria e no campo, degrada a natureza, causa desastres ecológicos e multiplica, a cada dia, o número de excluídos", afirma o documento.

"Sabemos que ao menos 53 milhões de pessoas vivem na faixa da pobreza", afirmou o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno Assis.

"O projeto de superação da miséria é um projeto aberto. Vamos trabalhar com o governo, com os políticos, com o Congresso, com todos. Ninguém está excluído deste projeto. Quem tiver boa vontade está dentro. Basta de exclusões", afirmou d. Jayme Henrique Chemello, presidente da CNBB. "Queremos mudar o país. É um trabalho muito grande, árduo", completou.

Presidenciáveis

Nesta semana, em Aparecida do Norte, d. Jayme havia dito que dois candidatos a presidente pro-

curaram a CNBB, que conversou com eles a respeito da miséria e da fome no país. "Não vou revelar os nomes porque não quero ser marqueteiro. Se revelo os nomes, dizem que estou fazendo campanha para esse ou para aquele."

Sobre o funcionamento do mutirão, d. Jayme disse que "é um processo criativo, não tem em si um padrão único, vai se desenrolar à medida que as pessoas passem a aceitá-lo. O sentido do mutirão é que todo mundo pode ajudar, pode construir junto. Mutirão não é só arrumar comida, é preciso mudar a maneira de pensar do povo". O documento apresenta uma série de "propostas concretas" para o combate à fome, incluindo várias relativas ao processo educativo.

Questionado, durante entrevista coletiva, se o presidente Fernando Henrique Cardoso estava a par do projeto dos bispos, afirmou: "Eu já o procurei várias vezes, não exatamente sobre este projeto, que foi assinado hoje [ontem], mas eu pretendo também mostrar isso para ele".

Sobre a extinção do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), d. Jayme disse: "Não estou preocupado com o que ele extinguiu. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Eu não quero excluir ninguém. Temos de dialogar".

O presidente da CNBB declarou ainda que "o primeiro trabalho é nos convencermos uns aos outros de que não podemos continuar a ser um país como foi desde o começo, de escravos, de miseráveis". "Temos de ser um país mais humano", disse.

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

RELIGIÃO À véspera de completar 75 anos, bispo, que sofreu ameaças de

D. Ivo vê 'tempos difíceis'

domingo, 24 de novembro de 2002 ESPECIAL A 7

Médici, vai ao Vaticano para pedir sua aposentadoria para ação da CNBB

Charles Guerra - 9.nov.2002



D. José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria (RS), que viajou para Roma para entregar pedido de aposentadoria ao papa João Paulo 2º

MARCELO BERABA

DIRETOR DA SUCURSAL DO RIO

Era o início da década de 70. Os militares, no governo desde 1964, esmagavam qualquer tentativa de organização oposicionista e a Igreja Católica era uma das poucas vozes resistentes.

No Palácio do Planalto, frente a frente, dois notáveis se enfrentam, ambos gaúchos. De um lado, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), expoente da linha dura do Exército. Do outro, o bispo progressista José Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Médici o repreende pelas críticas feitas ao regime com uma ameaça infeliz: se a igreja não se moderar, os militares se sentirão à vontade para dar aula de religião. D. Ivo responde no mesmo tom: "Nós não criticamos vocês por aspectos técnicos, mas por aspectos éticos. Vocês fazem coisas moralmente injustas". Em seguida, incentiva Médici a seguir com o plano: "O senhor tem uma família, tem netos, será uma coisa boa começar a dar catequese". D. Ivo recorda o desfecho da conversa: "Aí acabou, ele não sabia mais o que dizer". E a igreja seguiu com as denúncias de tortura, perseguições políticas, censura prévia e injustiças sociais.

"As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós queríamos. Mas logo depois vieram os exageros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo", diz.

As vésperas de completar 75 anos de vida (no próximo dia 7) e 50 de sacerdócio (no dia 20), o secretário-geral e ex-presidente da CNBB durante 16 anos (1971 a 1986) embarcou no dia 18 para Roma, onde entrega pessoalmente ao papa João Paulo 2º seu pedido de aposentadoria, uma exigência das leis da igreja.

Nascido em uma família simples e religiosa (é primo do cardeal Aloísio Lorscheider, tem um irmão padre, no Japão, e várias primas freiras), criado em uma colônia alemã no Rio Grande do Sul, d. Ivo foi protagonista de um tempo histórico em que a igreja e o governo seguiram sempre sinais inversos.

Último bispo brasileiro nomeado por Paulo 6º ainda com o Concílio Vaticano 2º em andamento,

em 1965, ele mal teve tempo de respirar o vento liberalizante que vinha de Roma. A situação interna o colocou à frente da CNBB no período mais obscuro do regime militar.

E quando o Estado brasileiro começou a se distender, Roma, agora com João Paulo 2º, voltou a impor a disciplina que mudaria a face essencialmente progressista da igreja do Brasil dos anos 70.

Passados 30 anos, o que o regime militar não conseguiu pela força, o diácono impôs sem revide: d. Ivo é hoje um homem lento, com dificuldades para caminhar, e parece cansado.

Quando voltar do Vaticano, no final do mês, ele inicia as comemorações do cinquentenário de sacerdócio. Serão vários dias de festas com a família e com os católicos. Enquanto aguarda a decisão do papa sobre a aposentadoria, permanecerá à frente da diocese de Santa Maria, no coração do Rio Grande do Sul.

Ele recebeu a Folha numa tarde de segunda-feira na residência episcopal, uma casa com a mesma idade do hóspede, úmida e desgastada, a exigir cuidados urgentes. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Folha - O senhor é ordenado padre em Roma, em 1952, o ano em que d. Hélder Câmara funda a CNBB. O início da década de 50 já apontava para as mudanças que a Igreja Católica iria experimentar a partir de 1962, com o Concílio Vaticano 2º?

D. Ivo - Nós tínhamos a ansiedade de compreender a doutrina social da igreja. Nós, brasileiros, mais ainda, porque era um país emergente e nós não queríamos ficar atrás dos desafios que daqui se irradiavam. O estudo em Roma tinha uma vantagem muito grande. Nós morávamos num grande colégio, o Pio Brasileiro, e conhe-

cíamos melhor o Brasil estando lá do que morando aqui porque por lá passavam grandes personalidades brasileiras, como Alceu Amoroso Lima e d. Hélder Câmara, e havia um ambiente intelectual e de debate. Havia também tensões internas, o que era bom. O mundo não era fechado e nós conhecíamos bastante bem o Brasil.

Folha - Quando surge o Concílio Vaticano 2º (1962), os senhores já estavam preparados.

D. Ivo - Sim, nós tínhamos nos preparado bastante bem, sem saber para onde isso ia, é claro. Renovação e fidelidade, isso foi sempre muito presente.

Folha - E como é recebido o anúncio do Concílio?

D. Ivo - Pio 12 era um homem hierático. Quando entrou João 23, viu-se que era uma figura diferente, popular, que ia dar um novo rumo para a Igreja. E foi o que fez. Era um homem já idoso, de 78 anos, e nós nos perguntávamos: o que será que vai fazer? Pensávamos que, depois de Pio 12, tinha de ser um papa de transição. E, no fim, foi uma transição que sacudiu a igreja.

Folha - O senhor se forma num ambiente de expectativas de mudanças, mas vai trabalhar como bispo auxiliar de uma das lideranças mais tradicionalistas daquele momento, o cardeal d. Vicente Scherer. Os senhores nunca entraram em conflito?

D. Ivo - Ele dizia, você é novo, nós não vamos pensar sempre do mesmo jeito, mas você vai ter aqui toda a liberdade de ação. E recomendava: "Você só cuida de não se meter demais em políticas partidárias, isso não é da igreja".

Um dia ele me pediu para que passasse em Porto Alegre e me disse: "Olha, eu acho que você deveria moderar um pouco as suas críticas ao governo militar. Não estou de acordo com os exageros [dos militares], mas por que vamos criticar?" Aí eu disse: "Olha, senhor arcebispo, eu estou lá porque os bispos me elegeram. Eu não posso ficar muito trancado". Ele me disse: "É que eles se incomodam". Se incomodam, mas o que eu vou fazer?

Um dia nos encontramos em Brasília e ele me disse: "Eu tenho de visitar o presidente Médici, você me acompanharia?" O presidente era gaúcho, nós só tínhamos a ganhar dando uma palavrinha de saudação. E fomos. O Médici era um homem difícil e não

sabia conversar, coitado. Uma hora o Médici disse: "Escuta, me dá licença, já que o senhor trouxe d. Ivo, secretário da CNBB, eu vou fazer agora uma reclamação". E se dirigiu para mim: "D. Ivo, eu vou pedir a vocês da CNBB que modere as críticas ao governo. Por que se vocês não moderarem, nós vamos ter de mudar de posição. Eu, presidente, vou começar a dar catequese até que vocês mudem de posição e nos deixem fazer a nossa parte".

Aí eu disse para d. Vicente: "O senhor me dá licença, já que ele está falando para mim eu vou dar a minha resposta. Senhor presidente, nós não vamos mudar a nossa posição. Nós não criticamos vocês por aspectos técnicos, mas por aspectos éticos. Vocês fazem coisas moralmente injustas. Agora, se por isso o senhor começar a dar catequese, nós vamos ficar muito contentes, porque este não é um trabalho só dos bispos, é dos leigos. O senhor tem uma família, tem netos, será uma coisa boa começar a dar catequese. Nós não vamos ficar bravos, vamos até lhe aplaudir". Aí acabou, ele não sabia mais o que dizer.

Folha - Aqueles foram períodos mais difíceis?

D. Ivo - Eu sempre digo para os dirigentes atuais da CNBB: aqueles foram tempos mais fáceis do que agora. Por quê? Porque estavam claros os exageros da ditadura e nós sabíamos que com aquilo não podíamos compactuar. E hoje? Todo mundo fala de democracia, de direitos humanos, mas o povo entende menos o que exigir da CNBB.

Folha - A partir de 70, quando a relação entre o regime e a Igreja chegou a um ponto de ruptura, bispos e militares do governo se reúnem secretamente para dialogar. Foi o período da Comissão Bipartite. Muita gente na igreja achava que aqueles encontros eram inúteis, porque o regime continuava a perseguir a oposição. O senhor

também tinha esta avaliação?

D. Ivo - Poderia ficar decepcionado quem achasse que nós íamos converter uns aos outros, mas nós não queríamos isso. Nós não pretendíamos converter os militares nem eles pretendiam nos converter. Mas as reuniões eram úteis porque ali se traziam casos concretos, pedidos de mudanças em casos práticos, informações. Foi bom.

Havia sempre uma certa tensão, mas o clima sempre foi muito cordial. Eu tinha aprendido uma frase com um bispo metodista do Brasil: um ministro do evangelho não pede licença nem desculpas ao governo nem pede desculpas, se o governo não gostar. E nem pode ter medo.

Nós sabíamos que, à luz do Concílio, nós tínhamos que ter coragem profética, ou seja: não calar quando deve ser falado, não deixar de tomar iniciativas quando elas devem ser tomadas.

Folha - O senhor alguma vez sentiu falta de apoio do papa?

D. Ivo - Nunca. João Paulo 2º era ainda novo, forte, e nos recebeu sempre que precisamos.

Folha - Qual o balanço que o senhor faz do regime militar?

D. Ivo - As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós que-

ríamos. Mas logo depois vieram os exageros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo.

Folha - O senhor acha que o papa, por causa do seu estado de saúde, deveria se aposentar?

D. Ivo - Ele já disse que não se sente no direito de se aposentar. A cabeça dele está boa. É impressionante a carga de trabalho diário que ele assume. Acho até um exemplo de como uma pessoa idosa pode significar muito na situação atual do mundo e da Igreja. Ele é muito presente ainda.

Folha - O que ficou do período de renovação da igreja do Brasil, como Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (Cebes)?

D. Ivo - A Teologia da Libertação não morreu. O que houve foi um reajustamento. A Teologia da Libertação não podia ser só no sentido econômico e político. Assim, acho que ela amadureceu.

As Cebes também. Foi um aparecimento importante. Aí também se avançou no sentido de ver que as comunidades de base deveriam ser comunidades integrais, que abranjam também aspectos morais, litúrgicos, e não só político ou partidário. São fenômenos novos que exigiam ajustamentos.

Folha - O senhor acha que o problema da corrupção melhorou ou piorou no Brasil?

D. Ivo - Acho que ainda estamos muito corruptos. Um país de tanta riqueza, como chega uma hora que não tem mais dinheiro? Uma tristeza.

Folha - O senhor está de acordo de o combate à fome ser a prioridade de zero do próximo governo?

D. Ivo - Fome é também uma consequência da falta de uma boa política de produção, de distribuição e das injustiças sociais. Nós lançamos no ano passado, pela CNBB, um grande mutirão nacional para a superação da miséria e da fome. Com fome ninguém vale nada, não tem perspectiva de vida. Mas tem de olhar todo o conjunto.

Folha - Como o senhor vê a questão dos evangélicos?

D. Ivo - Eu quero ter sempre o espírito ecumênico. Agora, ter bancadas por religião, eu não sou a favor. A Igreja Católica já teve, em décadas passadas, a Liga Eleitoral Católica [criada em 1933] e a experiência não foi boa.

Folha - O que o senhor acha da política do governo Bush de combate ao terrorismo?

D. Ivo - Aquilo é um erro dele insuportável. Achar que ele é polícia do mundo, não pode ser. Ninguém quer o terrorismo, mas o método que está aí, a guerra, meu Deus! E no fim, o homem que queriam pegar não pegaram. E agora é o Saddam Hussein. O que é isso? Está tudo errado.

D. IVO, A IGREJA E OS MILITARES

- 1927 ■ José Ivo Lorscheiter nasce em S. Sebastião do Cai/RS (7/12)
- 52 ■ Padre Hélder Câmara funda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
■ Lorscheiter é ordenado sacerdote em Roma (20/12)
- 58/63 ■ Pontificado de João 23
- 59 ■ Revolução Cubana
- 62/65 ■ Concílio Vaticano 2º
- 64 ■ Golpe militar no Brasil (mar.)
- 65 ■ Lorscheiter é nomeado bispo por Paulo 6º e participa das últimas sessões do concílio
- 67/69 ■ Presidência do general Artur da Costa e Silva
- 68 ■ O governo militar decreta o AI-5 e fecha do Congresso (dez.)
- 69/74 ■ Presidência do general Emílio Garrastazu Médici. Agravam-se os conflitos entre militares e igreja
- 70 ■ D. Hélder denuncia o regime militar em Paris (mai.).
■ Prisão de d. Aloísio Lorscheiter, secretário geral da CNBB (out.)
■ Primeiro encontro da Comissão Bipartite (03/11), que reuniu secretamente militares e bispos e que se estenderia até agosto de 74



Frei Leonardo Boff



Cortejo de Tancredo Neves

- 71-74/75-78 ■ D. Ivo é eleito e reeleito secretário-geral da CNBB. D. Aloísio, seu primo, é o presidente
- 71/78 ■ Censura nos jornais e rádios católicos, como "O São Paulo", e fechamento da rádio Nove de Julho (1973), ambos da diocese de São Paulo. Perseguições a bispos e leigos católicos
- 74/79 ■ Presidência do general Ernesto Geisel
- 77 ■ CNBB lança o documento "Exigências cristãs de uma ordem política" (fev.)
■ Geisel baixa o Pacote de Abril e fecha o Congresso
- 78-82/79-86 ■ D. Ivo é eleito e reeleito presidente da CNBB, e d. Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral
- 79/84 ■ Presidência do general João Figueiredo
- 79 ■ Anistia (ago.)
- 80 ■ Primeira visita do papa João Paulo 2º (julho)
- 85 ■ **Leonardo Boff**, um dos criadores da Teologia da Libertação, é punido pelo Vaticano (abr.).
■ Morre **Tancredo Neves**, eleito em 84, e José Sarney assume a Presidência. Fim do regime militar
- 87 ■ D. Ivo deixa a direção da CNBB

As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós queríamos. Mas logo depois vieram os exa-geros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo

Eu sempre digo para os dirigentes atuais da CNBB: aqueles [tempos da ditadura] foram tempos mais fáceis do que agora. Por quê? Porque estavam claros os exa-geros da ditadu-

ra e nós sabíamos que com aquilo não podíamos compactuar. E hoje? Todo mundo fala de democracia, de direitos humanos, mas o povo entende menos o que exigir da CNBB

A Teologia da Libertação não morreu. O que houve foi um reajustamento. A Teologia da Libertação não podia ser só no sentido econômico e político. Assim, acho que ela amadureceu

Acho que ainda estamos muito corruptos. Um país de tanta riqueza, como chega uma hora que não tem mais dinheiro? Uma tristeza

D. JOSÉ IVO LORSCHTEITER
bispo de Santa Maria (RS)

FOLHA DE S. PAULO

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

CNBB - 20.4.02
I
unidade e serviço

ITAICI abrigou mais uma vez a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. De 10 a 19 de abril, realizou-se uma das reuniões mais importantes e mais participadas da história da CNBB.

O ritmo de estudo, análise e discernimento, de elaboração de mensagens e de documentos sobre as situações pastorais absorveu, sem interrupção, o interesse dos 316 bispos, dos 30 assessores e dos 94 convidados especiais, num total de 440 participantes.

Vários jornais noticiaram alguns aspectos do encontro, mas prenderam-se a elementos circunstanciais... É pena que um acontecimento tão promissor para a vida da Igreja no Brasil não tenha sido mais bem acompanhado pela grande imprensa. Compensou essa falta a cobertura de rádio e de canais católicos de televisão, que transmitiram ao vivo os principais momentos da Assembléia.

É motivo de alegria constatar o ambiente de intenso trabalho e amizade entre os bispos e a constante solicitude pelo povo. Trata-se, com efeito, de uma reunião realizada em clima de fé, com a peregrinação ao Santuário de Aparecida, com frequentes momentos de oração, cujo centro é a celebração eucarística diária.

O tema principal da 40ª Assembléia estava ligado ao jubileu de ouro da CNBB (1952-2002), procurando avaliar a "presença histórica, desafios e perspectivas". Todos os bispos contribuíram com sua experiência e disso resultou um amplo elenco de elementos que permitiu reconhecer as falhas e agradecer a Deus as conquistas ao longo dos 50 anos. A riqueza dessas reflexões convergiu para a "Mensa-

gem da CNBB ao Povo Brasileiro". O texto breve lembra a prioridade da missão dos bispos e da Igreja de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo e de levar a todos a vida plena e eterna que nos oferece. A ação da CNBB se estende também a questões sociais como expressão do seguimento do Divino Salvador e, portanto, do compromisso de amor efetivo a todo ser humano. A mensagem recorda os acontecimentos mais significativos da CNBB em cada decênio de 1952 a 2002. O texto sublinha: a) a unidade e comunhão com toda a Igreja e em particular com a Sé Apostólica de Pedro e a pessoa do Santo Padre; b) o discernimento dos sinais dos tempos com a necessidade de uma profunda renovação moral que promova e defenda a vida humana; c) o empenho pela justiça e pela paz no mundo e em nossas cidades e no campo, marcados pela violência.

A CNBB lança dois apelos. O primeiro está voltado para a erradicação da miséria e da fome. Não é possível nem admissível para a consciência cristã e ética que haja milhões de irmãos passando fome. Será necessário intensificar a solidariedade. Urge que todos unamos as forças para tornar realidade o "mutirão nacional para superar a fome" no Brasil e no mundo. Diante das hostilidades no Oriente Médio, a Assembléia reafirmou, em união com o Santo Padre, a veemente súplica aos responsáveis políticos para que interrompam logo as agressões mútuas e busquem caminhos de fraterno entendimento.

Marcou ainda a Assembléia o dia de encontro cordial com os representantes das outras igrejas cristãs e o desejo comum, à luz da fé em Cristo, de promover a concórdia e a paz. Entre relatórios, estudos e propostas pastorais com especial atenção à Amazônia, os dias passaram depressa. Diante dos problemas e vicissitudes cresceu a confiança em Cristo Ressuscitado e na proteção de Maria, fortalecendo a comunhão episcopal, o zelo pela evangelização, a vontade de melhor servir.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

CNBB já admite discutir projeto de união homossexual

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já admite a possibilidade de aprovação do projeto de lei que regulamenta a união civil das pessoas do mesmo sexo, mas com algumas restrições. O secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno, disse ontem à Agência O Globo que a Igreja está unida em torno do conceito tradicional de família, que é a união de um homem e de uma mulher. Mas está disposta a negociar restrições à proposta que está sendo discutida na Câmara para efeito de partilha de bens e herança.

É a primeira vez que a Igreja muda a atitude de veto puro e simples à polêmica proposta. A lógica da Igreja é simples: como o projeto tem boas chances de ser aprovado, é melhor desde já tentar abrandá-lo. Na terça-feira, o presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral, padre Leonard Martin, defendeu na Câmara a idade mínima de 25 anos para a união de homossexuais.

"Em vez de liberar totalmente, é melhor optar por um projeto mais restritivo. Para evitar um mal maior, você tolera um menor", admitiu.

Existem para a Igreja pontos negociáveis, como, por exemplo, a possibilidade de legalização da adoção de crianças. A Igreja também não aceita nenhuma referência a casamento ou que os homossexuais que vivem juntos sejam definidos como cônjuges. D. Raymundo acredita

que a idade mínima tenha de ser em torno dos 30 anos. "Essa idade mínima de 25 poderia ser até de 30. Seria mais responsável atuar de maneira que a lei venha a ferir o mínimo possível", sugeriu d. Raymundo.

O padre Leonardo Martin, indicado pela CNBB, foi convidado a expor a interpretação de documentos da Igreja sobre homossexualismo na Câmara. Na lista de emendas desejáveis à luz da tradição cristã, Martin destacou a idade mínima de 25 anos para a união entre homossexuais e a exclusão da palavra "casamento" do projeto. O padre não pediu que a adoção fosse excluída, mas sugeriu aos parlamentares que refletissem se um lar homossexual é um ambiente adequado para a criação de bebês.

Para realizar a palestra, Martin recorreu à declaração sobre alguns pontos da Ética Sexual, a Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o Atendimento das Pessoas Homossexuais e ao Catecismo da Igreja Católica. Martin expôs o que chamou de elementos favoráveis ao projeto.

Entre esses elementos, Martin listou o reconhecimento da existência de pessoas definitivamente homossexuais e de sua dignidade e liberdade; a rejeição da violência e a afirmação do direito à proteção jurídica; a necessidade de estruturas de apoio para evitar o isolamento; o abandono na doença e na velhice e a promiscuidade nos relacionamentos, entre outros.

LITERATURA Presidente de

D. Lucas

CRISTINA GRILLO
da Sucursal do Rio

D. Lucas Moreira Neves, 71, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cardeal-prímaz do Brasil e arcebispo de Salvador, é o mais novo membro da Academia Brasileira de Letras.

D. Lucas tomou posse ontem à noite, no Rio. Em seu discurso, destacou "o constante serviço à cultura" prestado pela ABL. A Academia informou que ele recebeu telegramas com cumprimentos de cardeais de todo o mundo.

Ele foi saudado pelo acadêmico Marcos Almir Madeira, que chegou 40 minutos atrasado e não par-



Antes da posse, d. Lucas (esq.) conversa com Barbosa Lima Sobrinho

Cabeleireiro: Se as senhoras chegarem às seis, prometo

Dora: Será ótimo, pois teremos que ir a uma festa às nove.

Cabeleireiro: Quinta-feira passada tivemos de trabalhar até

Cabeleireiro: Sim, e guardá-las no armário até arranjarmos lugar melhor.

Dora: Está bem. Procurarei não incomodá-lo para não atrapalhar

S. PAULO

sábado, 19 de outubro de 1996 brasil 1 ■ 11

CNBB ocupa a cadeira 12, que pertencia ao filólogo Aogar Renault

s toma posse na ABL

ticipou da foto oficial.

Estiveram presentes 19 acadêmicos, entre eles: Nélida Piñon (presidente em exercício da ABL), Barbosa Lima Sobrinho, Lygia Fagundes Telles, Antonio Callado, Cândido Mendes de Almeida, Lêdo Ivo e Eduardo Portella.

Cadeira 12

D. Lucas foi eleito para a cadeira número 12 da ABL, antes ocupada pelo filólogo Aogar Renault, que morreu em 31 de dezembro de 95.

De acordo com o presidente da CNBB, até a decisão de se inscrever para a vaga, feita no dia 13 de março, houve um "grande período de meditação": "Fiquei pensando se

poderia, de alguma forma, ser útil à Academia e à sociedade. Como o papa insiste numa participação e integração da igreja à cultura, decidi me inscrever. Sei que o papa aprovou minha candidatura".

Ele foi eleito no dia 18 de julho com 32 votos. Houve cinco votos em branco e duas abstenções.

D. Lucas, um dos cardeais mais próximos do papa João Paulo 2º e considerado um provável candidato a sua sucessão, é o primeiro cardeal e o terceiro arcebispo a ocupar uma cadeira na ABL.

Antes dele, d. Silvério Gomes Pimenta e d. Francisco de Aquino Ferreira foram membros da Academia — ambos na década de 20.

O mais novo "imortal" define sua obra literária como "livros de um jornalista". Seis de seus livros, publicados no Brasil, são coletâneas de artigos publicados em jornais. O sétimo, escrito em italiano, é uma biografia do papa Paulo 6º.

Todas as crônicas tratam de temas ligados à religiosidade. Numa delas, publicada em "O Alferes e o Presidente", de 1995, d. Lucas fala da vocação sacerdotal, respondendo como ela surge: "Nasce na eternidade". Os outros títulos de d. Lucas são: "Com Olhar de Pastor", "Sacerdote a Serviço da Família", "Restaurar a Família em Cristo", "Crônicas do Reino de Deus" e "A Semente é a Palavra".

GRAMÁTICA EM IMAGENS

VOZES: Dora,
Cabeleireiro,
Móia.

CNBB lembra luta contra a ditadura

PORTO ALEGRE — A resistência da Igreja católica à ditadura de 1964 é rememorada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no texto básico da Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema o sistema penitenciário. O documento lembra que, durante o regime militar, “vozes proféticas se elevaram” contra violações aos direitos humanos e destaca que “os espaços eclesiais tornaram-se importantes reservas de liberdade e fermento de resistência”. Ressalta, ainda, que “a CNBB interveio corajosamente e publicou importantes documentos, de ampla repercussão”.

O documento-base cita e elogia dois cardeais: Dom Helder Câmara, “figura simbólica desse período”, e o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que criou a Comissão Justiça e Paz para atender às famílias de presos políticos e desaparecidos. “Graças a esse trabalho da Igreja, muitas vidas foram salvas”, recorda o texto.

No texto que aborda o tema da Campanha da Fraternidade, a CNBB conta que, quando D. Paulo e os membros da Comissão Justiça e Paz “foram impedidos de ter qualquer contato direto com os presos (políticos), enviaram a eles uma bíblia como sinal

de que não estavam sozinhos na sua incomunicabilidade”.

A CNBB salienta que grande parte dos presos políticos era da classe média e por intermédio deles muitos tomaram conhecimento da “condição calamitosa das prisões”. Isso também ajudou no surgimento de inúmeras organizações de direitos humanos, que hoje chegam a 280 e estão reunidas no Movimento Nacional dos Direitos Humanos, sediado em Brasília.

Em outro capítulo do documento-base da Campanha da Fraternidade, a CNBB afirma que a Igreja precisa também reconhecer sua culpa e pedir perdão, porque, “às vezes, aceitou os preconceitos e, direta ou indiretamente, justificou ações desmedidas de órgãos de repressão”.

A assessora de imprensa da CNBB em Brasília, irmã Maria Alba, preferiu não explicitar se a referência aos “órgãos de repressão” no texto estava vinculada ao sistema de repressão montado pelos militares a partir de 1964. Disse que quem poderia comentar o assunto era o secretário-geral da CNBB, Dom Raimundo Damasceno Assis, ou o secretário-executivo da Campanha da Fraternidade, padre Francisco Wloch. Ambos estão de férias e só deverão retornar a Brasília depois do dia 20.

Bispos vão discutir privatização na CNBB

por Ana Heloisa Ferrero de Indaiatuba

A recente acusação do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de que o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, seria contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por receber contribuição financeira da estatal, foi mais do que lembrada ontem, durante a abertura da 35ª Assembléia Geral da entidade, em Indaiatuba (SP).

A maioria dos 408 participantes do encontro, que se estende até o próximo dia 18, votou a favor da inclusão da privatização da Vale e demais empresas estatais entre os assuntos a serem debatidos em plenário pelos bispos, assim como outros temas atuais – reforma agrária e violência urbana. Para dom David Picão, bispo de Santos (SP) e membro da Comissão Episcopal do tema central da assembléia – A Igreja e a Comunicação Rumo ao Novo Milênio –, os comentários do ministro foram “devidamente interpretados” e “separados como joio do trigo” pela opinião pública. Dom David é a favor de que a igreja católica ter seus próprios meios de comunica-

ção como a Rede Vida (canal de televisão), rádios comunitárias e jornais dirigidos por paróquias.

O bispo de Jales (SP), dom Demétrio Valentini, responsável pela pastoral social da CNBB, defendeu que a privatização da Vale seja adiada até que se chegue a um consenso sobre o destino de empresa, “que colabora para o desenvolvimento do País”. Dom Demétrio havia chamado o ministro Motta de “bobo da corte”, depois da declaração sobre dom Luciano Mendes de Almeida.

No próximo dia 12, os bispos reunidos em Indaiatuba receberão do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (Ceres) – órgão da CNBB localizado no Rio de Janeiro – um levantamento completo das terras da Igreja católica disponíveis para a reforma agrária no Brasil.

Segundo a assessora de imprensa da CNBB, Maria Alba Vaga, até o momento a entidade utilizava dados coletados pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), que aponta a existência de 330 mil hectares de terras. O levantamento, no entanto, incluía as terras pertencentes às igrejas evangélicas.

1999

	JANUAR	FEBRUAR	MÄRZ	APRIL	MAI	JUNI	JULI	AUGUST	SEPTEMBER
MO	1 2 3 4 5	6 7 8 9	10 11 12 13	14 15 16 17	18 19 20 21 22	23 24 25 26	27 28 29 30	31 32 33 34 35	36 37 38 39
DI	3 10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24	1 8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31	1 8 15 22 29	4 11 18 25
MI	4 11 18 25	1 8 15 22 29	6 13 20 27	4 11 18 25	2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25	3 10 17 24 31	5 12 19 26
DO	5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24 31	4 11 18 25	6 13 20 27	1 8 15 22 29	6 13 20 27
FR	6 13 20 27	3 10 17 24	1 7 14 21 28	6 13 20 27	4 11 18 25	2 9 16 23 30	7 14 21 28	4 11 18 25	7 14 21 28
SA	7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24	1 8 15 22 29	4 11 18 25	8 15 22 29
SO	8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31	4 11 18 25	2 9 16 23 30	1 8 15 22 29	6 13 20 27	3 10 17 24	9 16 23 30

2000

	JANUAR	FEBRUAR	MÄRZ	APRIL	MAI	JUNI	JULI	AUGUST	SEPTEMBER
MO	1 2 3 4 5	6 7 8 9	10 11 12 13	14 15 16 17	18 19 20 21 22	23 24 25 26	27 28 29 30 31	32 33 34 35	36 37 38 39
DI	3 10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24	1 8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31	1 8 15 22 29	4 11 18 25
MI	4 11 18 25	1 8 15 22 29	6 13 20 27	4 11 18 25	2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25	3 10 17 24 31	5 12 19 26
DO	5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24 31	4 11 18 25	6 13 20 27	1 8 15 22 29	6 13 20 27
FR	6 13 20 27	3 10 17 24	1 7 14 21 28	6 13 20 27	4 11 18 25	2 9 16 23 30	7 14 21 28	4 11 18 25	7 14 21 28
SA	7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30	7 14 21 28	5 12 19 26	3 10 17 24	1 8 15 22 29	4 11 18 25	8 15 22 29
SO	8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31	4 11 18 25	2 9 16 23 30	1 8 15 22 29	6 13 20 27	3 10 17 24	9 16 23 30

CNBB condena

11.4.97
F
enviado especial a Itaiaci (SP)

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) anunciou ontem que é contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Em documento oficial, a entidade solicitou ao governo o adiamento do leilão, no dia 29.

O documento é intitulado "Declaração sobre a Vale do Rio Doce - Por um discernimento democrático". Foi aprovado por aclamação pela quase totalidade dos bispos reunidos na 35ª Assembleia Geral da CNBB, em Itaiaci (bairro de Indaiatuba, a 110 km de São Paulo).

"Não somos técnicos para dizer se a venda da Vale é boa ou não, mas muitos setores científicos se colocam contra a privatização. No momento, somos contra", disse d. Paulo Ponte, arcebispo de São Luís (MA). Segundo o arcebispo, se for realizado um amplo debate, a CNBB poderá mudar de posição.

Desencadeadas por d. Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG), as críticas à privatização da Vale geraram uma crise entre a CNBB e o governo.

Em dezembro, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a entidade era contra porque

d. Luciano receberia um "dinheirinho" da Vale. Há duas semanas, o ministro Sérgio Motta (Comunicações) repetiu a acusação.

Ética

O documento da CNBB afirma que a entidade se pronuncia "a luz de graves exigências éticas", preocupada com "medidas que não afetam, gravemente, e sem retorno, o futuro do país".

"Solicitamos, por isso, com respeito e confiança, à Presidência da República a suspensão do edital de privatização da Vale, a fim de que a Nação disponha de tempo suficiente e de condições indispensáveis para analisar adequadamente a questão e decidir de acordo com o bem comum", afirma o texto.

O documento da CNBB lista quatro "exigências éticas". A primeira afirma que cabe ao Legislativo e à sociedade, e não ao Executivo, determinar a natureza e o "tamanho" do Estado. A segunda afirma que há risco a soberania nacional na venda da Vale.

A divulgação de informações exatas sobre o potencial das jazidas da Vale é a terceira exigência. A quarta é "garantir as condições de participação que a lei faculta à sociedade" sobre a privatização.

17b FHC recebe d. Luciano

da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu ontem o bispo de Mariana (MG) d. Luciano Mendes de Almeida.

Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, "foi uma conversa entre amigos". Falaram sobre "questões que têm sido objeto de atenção da CNBB nos últimos tempos", entre elas a venda da Vale.

Ele disse que a questão já foi muito discutida e que o encontro serviu para que FHC fizesse

alguns "esclarecimentos".

Amaral minimizou a crise entre a Presidência e o Ibrades, órgão da CNBB que divulgou documento acusando o governo de "corrupção ativa" na votação da reeleição.

O Planalto classificou de "falsa" e "insultuosa" a acusação. Amaral afirmou que a própria CNBB não endossou o documento e que a relação entre FHC e a entidade é boa.

"A relação é boa, embora existam temas em que possa haver diferenças", disse.

Texto critica neoliberalismo

do enviado especial

A CNBB divulgou ontem o documento "Vida com Dignidade" com críticas genéricas ao governo FHC e à sua política econômica.

O documento não cita o governo diretamente, mas afirma que "a violência que perpassa toda a orga-

nização social é, também, consequência da política econômica geradora de uma das maiores concentrações de renda do mundo".

Segundo o texto, a miséria que afeta milhões de brasileiros é "consequência direta da ordem econômica neoliberal, que sobrepõe o lucro e o capital à pessoa".

REAÇÃO Nota da Presidência considera irresponsável documento que aponta

Órgão da CNBB fez acusa

da Sucursal de Brasília

A Presidência da República divulgou ontem nota que classifica de "falsa, desabonadora para o Congresso e insultuosa ao governo" a acusação de órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de que o governo com-
pruou votos de deputados para aprovar a emenda da reeleição.

"Com o avanço da democracia, com a imprensa livre, fica mal, muito mal, que documentos com tanta irresponsabilidade sejam tomados a sério. O governo está convencido de que a má-fé ou a desinformação de seus autores não comoverá a opinião pública e muito menos os eminentes preladados que compõem a CNBB", diz a nota.

A nota do Planalto rebate a posição do Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social) item por item. A seguir, as críticas e a argumentação do governo:

1) Não-cumprimento das metas da área social - A mortalidade infantil caiu em mais de 28% desde a implantação do Real (julho de 94). De 93 a 95, o número de pobres caiu de 12,9 milhões.

2) Baixo salário mínimo - Em 94, era de US\$ 64. Hoje, é de US\$ 112. Aumentou 90% depois do Real. A inflação não passou de 37%.

3) Alto desemprego - Tem se mantido em torno de 5%, o que é baixo em termos mundiais. Os problemas são localizados e combatidos por programas oficiais.

4) Privilégio a grandes ruralistas em detrimento dos pequenos - Houve renegociação das dívidas. A safra deste ano será a segunda maior da história. Há o programa para a pequena produção familiar.

5) Tratamento privilegiado a políticos que representam grandes produtores - O governo aprovou novo imposto que onera "pesadamente" os grandes proprietários.

6) Riscos para a democracia - "É inaceitável a forma pela qual o governo é tratado no documento." Governo editou 83 medidas provisórias, não 1.202.

7) Falta de ética - O Sivam foi aprovado pelo Senado e pelo TCU e não foi proposto pelo atual governo. O programa de socorro aos bancos é transparente e salvou recursos de depositantes, não de banqueiros.

Leia a ínteg

Leia a seguir a nota divulgada pelo Palácio do Planalto sobre o documento do Ibrades:

"Sobre o trabalho intitulado 'Análise da Conjuntura Sócio-Econômico-Política Brasileira' que teria sido discutido na reunião da CNBB em Itaiaci, convém esclarecer que se trata de documento assinado pelos senhores Ivo Lesbaupin e Antonio Abreu e não de declaração dos bispos.

Sem entrar em análise crítica pormenorizada do texto, convém anotar que:

1) A opinião pública sabe que os seguidos relatórios da ONU sobre Desenvolvimento Humano têm colocado o Brasil em posição negativa. O governo não nega os problemas sociais que existem, mas tem empenhado todo o seu esforço para reverter essa situação. É de reconhecer também — e nisso o texto foi omissivo — que a ONU vem registrando melhoria relativa da posição do Brasil, já a partir de 1993. Porém, como os relatórios trazem dados somente até aquele ano, vale lembrar exemplos de melhoria social neste governo. Registre-se a queda da taxa de mortalidade infantil que caiu, no plano nacional, em mais de 28% do momento da implantação do real até 96. De 93 até 95, o número de pobres caiu de 43,3 milhões para 30,4 milhões (dados do Ipea). O contingente de pessoas nas classes chamadas D e E, as mais pobres, diminuiu em 17%. São fatos amplamente conhecidos e que revelam com clareza os efeitos sociais positivos da estabilização da moeda e da ação social do governo. É estranho que o documento sequer os discuta.

2) Os dados referidos no texto em pauta sobre o salário mínimo são tendenciosos. Corretamente deveria assinalar que, em 1994, o salário mínimo era, no início do ano, de US\$ 64,00. Com a URV, passou a US\$ 70,00 e atualmente é de US\$ 112,00.

ra da nota do Palácio do Planalto

Ou seja, quase dobrou com o Plano Real.

Mais ainda: os dados anteriores ao Plano Real referem-se ao ponto inicial de cada revisão salarial, sem tomar em consideração que a inflação corria o salário (e não só o mínimo) e, portanto, o salário médio real, mês a mês, sempre foi muito menor do que os dados da referida 'Análise' fazem crer.

3) Não é verdade, tampouco, que o salário mínimo em 1996 tenha sido reajustado abaixo da inflação. Os dados corretos são: enquanto o salário mínimo aumentou cerca de 90% depois do Plano Real até o final de 1995, a inflação média desse período não passou de 37% (Fonte: Ministério da Fazenda).

4) O rendimento médio das pessoas ocupadas (inclusive os de emprego formal, informal e por conta própria) aumentou cerca de 23,8% em termos reais com o Plano Real e, portanto, durante o atual governo (fonte: IBGE).

O desemprego não tem aumentado de maneira significativa. Os dados revelam que tem se mantido, nos últimos anos, em torno de 5%, o que é baixo em termos mundiais, sobretudo em uma etapa de transição da economia. Há problemas localizados, regionais e setoriais e, por isto, o governo tem procurado, através de programas como o Proger, Proemprego e o Plano Nacional de Educação Profissional, aumentar a qualificação do trabalhador e gerar mesmo novos empregos diretos e indiretos.

5) As análises que o documentário faz sobre a situação da agricultura são enganosas. O atual governo recebeu pesada herança do endividamento rural e juros escorchantes. Renegociou a dívida que criava dificuldades para a produção agrícola e, neste processo, só deixou de fora os

grandes produtores que ficaram à margem: repôs a agricultura em condições de produzir e, neste ano, a safra será a segunda maior da nossa história, ultrapassando 80 milhões de toneladas de grãos; ampliou significativamente a venda de equipamentos agrícolas nos últimos 12 meses e criou pela primeira vez em nossa história financiamento mais adequado para pequena produção familiar, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Em 1995, ano de sua criação, o Pronaf beneficiou 19 mil famílias de agricultores. Em 1996, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 650 milhões, em benefício de 333 mil famílias. Em 1997, as famílias beneficiadas somarão 600 mil.

6) Quanto ao tratamento dispensado aos políticos que representam os grandes produtores, convém lembrar que o Congresso aprovou, a instâncias do governo, o ITR, onerando pesadamente o latifúndio improdutivo e o rito sumário de desapropriação das terras. Em 28 meses, o governo desapropriou 3,4 milhões de hectares de terra — que correspondem ao tamanho da Bélgica —, em velocidade maior do que em qualquer outro tempo de nossa história. Em dois anos, o governo assentou, em média, sete vezes mais famílias do que os governos anteriores no período de 1964 a 1994.

É, portanto, demagogia dizer que o governo é condescendente para com os poderosos. Convém acrescentar que, pela primeira em nossa história, alguns controladores de bancos em dificuldade tiveram seus bens pessoais colocados em indisponibilidade.

7) Quanto aos 'riscos para a democracia', é inaceitável a forma pela qual o governo é tratado no documento. Primeiro, confunde o leitor ao di-

zer que o governo atual editou 1.202 medidas provisórias. Na verdade, o governo Fernando Henrique em dois anos editou 83 MPs, bem menos do que os governos anteriores.

Por que confundir o leitor citando 'reedições' — ou seja a compreensível demora do Congresso em apreciar as MPs — como se fossem edições originais do governo FHH?

8) Por fim, quanto à 'ética'. O projeto Sivam foi aprovado pelo Senado e pelo Tribunal de Contas e não foi proposto no atual governo, mas o governo Itamar Franco, o qual agiu com seriedade.

O Proer é transparente, presta contas ao Congresso, salvou os recursos dos depositantes e não dos banqueiros. Trata-se de empréstimo feito com dinheiro do próprio sistema financeiro (e não do Tesouro) e não em parte relativamente pequena para compensar diferencial de juros) e está retornando ao Banco Central.

A alegação de que houve 'corrupção ativa' na votação do Congresso é falsa, desabonadora para o Congresso e insultuosa ao governo. Se há casos de 'barganha', é só ler o Diário Oficial e demandar à Justiça. Se não, caluniadores são os que não sabem do que estão falando ao referir-se a 'inistias', 'isenções fiscais', 'obras públicas' etc., que jamais foram concedidas a troco de votos. E o governo desafia a provar quem disser o contrário.

Com o avanço da democracia, com a imprensa livre, fica mal, muito mal, que documentos com tanta irresponsabilidade sejam tomados a sério. O governo está convencido de que a má-fé ou a desinformação de seus autores não comoverá a opinião pública e muito menos os eminentes preladados que compõem a CNBB."

Vertical text on the left margin, including page numbers and publication details.

Vertical text on the right margin, including page numbers and publication details.

...a compra de votos de deputados para aprovar reeleição de FHC ção 'falsa', diz Planalto

Fernando Henrique Cardoso

Dom Luciano Mendes de Almeida

FHC diz que críticas de bispos da CNBB são um insulto

Novo documento questiona venda da Vale

por Ana Heloisa Ferrero
de Indaiatuba

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que as acusações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quanto à existência de "corrupção ativa" na compra de votos de deputados na reforma administrativa é "falsa, desabonadora para o Congresso e insultuosa ao governo". Em nota divulgada por sua assessoria de imprensa, o presidente rebateu as críticas contidas no estudo, elaborado pela CNBB, contra seu governo.

"Se há casos de barganha, é só ler o Diário Oficial e demandar à Justiça. Se não, caluniadores são os que não sabem do que estão falando ao referir-se a anistias, isenções fiscais, obras públicas, etc, que jamais foram concedidas a troco de votos. E o governo desafia a provar quem disser o contrário", respondeu Fernando Henrique.

Na nota da Presidência da República, Fernando Henrique disse estar convencido de que a má fé ou a desinformação de seus autores não comoverá a opinião pública e muito menos os eminentes preladados que compõem a CNBB. "Com o avanço da democracia, com a imprensa livre, fica mal, muito mal, que documentos com tanta irresponsabilidade sejam tomados a sério.

As respostas do presidente tiveram como alvo direto os professores Ivo Lesbaupin e Antonio Abreu, autores do documento a "Análise da conjuntura sócio-econômica-política brasileira", apresentado durante a 35ª Assembléia Geral da entidade, em Indaiatuba (SP).

Ontem, os bispos aumentaram suas críticas sobre o comportamento do governo federal, desta vez na área de privatização. O ex-presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, antecipou ontem o documento final sobre a venda Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Mendes de Almeida disse que o texto exprime o desejo dos bispos de que a desestatização da empresa passe por um "discernimento democráti-

co", envolvendo desde cientistas até representantes do Congresso.

"Esperemos que sejam respeitadas as exigências que chamamos de éticas, antes da definição pela privatização, marcada para o dia 29", disse o bispo, referindo-se ao fato de que sete personalidades brasileiras — entre elas, ele próprio — teriam solicitado em 31 de março ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma audiência para tratar da venda da Vale, mas até hoje não obtiveram nenhuma resposta.

A respeito da declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse não entender nada da Vale, mas que dom Luciano Mendes de Almeida saberia menos ainda, o bispo afirmou que não discute questões pessoais, só espera que "todos entrem no reino dos céus".

Hoje, durante a assembléia geral da CNBB, será divulgado o levantamento das terras da igreja católica, feita durante um ano pelo Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (Ceris). Segundo dom Ivo Lorscheister, bispo de Santa Ma-

**Levantamento
mostra que igreja
católica tem 270 mil
hectares no País,
onde predominam os
pequenos lotes rurais**

ria (RS), o levantamento é, antes de tudo, um estudo científico sobre as terras rurais, pesquisadas entre 233 dioceses e 870 aglomerados religiosos.

De acordo com Lorscheister, são cerca de 270 mil hectares de terras pertencentes à igreja católica ligadas às dioceses e entidades religiosas. No entanto, ressaltou, muitas dessas terras são pequenos lotes rurais, onde estão capelas, cemitérios e outras construções, que não serviriam para fins de reforma agrária no País, já que para isso são necessários pelo menos 500 hectares de terra contínua. "Faremos reforma agrária se houver terra para isso", garantiu ontem durante a assembléia. Esse é o primeiro levantamento feito pela igreja católica, que até o momento trabalhava com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que aponta a existência de 330 mil hectares de terra, incluindo às pertencentes às igrejas evangélicas.

■ NACIONAL

CNBB diz que nota não é posição oficial da entidade

por Ana Heloisa Ferrero
de Indaiatuba

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rebateu ontem a nota divulgada pela Presidência da República, na qual classifica de "falsa, desabonadora e insultuosa ao governo" a posição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades) — órgão ligado à entidade católica — de que a administração federal teria comprado votos de deputados para aprovar a emenda da reeleição.

"A nota refere-se a um subsídio usado pelos bispos nos trabalhos da CNBB em Indaiatuba, durante sua 35ª Assembléia Geral, e não de um documento oficial da entidade. Portanto, estamos tranquilos, porque a posição do Ibrades não corresponde à opinião dos bispos", ressaltou dom Jayme Henrique Chemello, bispo de Pelotas (RS). Segundo Chemello, historicamente, a CNBB convida uma pessoa ou um instituto para fazer uma análise social, econômica e política do País para ser utilizada como instrumento de trabalho na assembléia geral. A análise serve de subsídio para o documento oficial da entidade, intitulado "Vida com dignidade" para ser divulgado à comunidade.

Dom Luiz Demétrio Valentino, bispo de Jales (SP), disse que outro assunto importante é o levantamento das terras da Igreja católica, divulga-

dos ontem à imprensa, em Indaiatuba. "Há bispos que ofereceram muitas terras (seis mil hectares) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentamentos de famílias, da qual são cobrados altos impostos, e não obtiveram nenhuma resposta do órgão do governo até o momento", criticou.

Pelo levantamento, constatou-se que a Igreja católica tem 236.437 hectares de terras rurais, sendo que desse total 157.574 hectares são áreas com mais de 500 hectares.

"Das áreas mais extensas, 21.178 hectares já estão cedidos gratuitamente a lavradores pela Igreja, totalizando 76 mil ou 48% da área de imóveis rurais de médio e grande porte passíveis de alienação — ou via desapropriação, venda ou outra prática qualquer", observou o padre Evandro Ruiz Alves Costa, diretor executivo do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), órgão ligado à CNBB, responsável pelo levantamento das terras.

O levantamento das terras da Igreja católica é, segundo dom Luiz Demétrio Valentini, uma resposta à sociedade, que sempre questionou suas posses. "Com a pesquisa, constatou-se que a Igreja não é latifundiária e que, nos últimos 30 anos, já doou 290 mil hectares de terras a terceiros", ressaltou.

Vida com Dignidade

Cópicos A caminho do novo milênio, somos desafiados a renovar e dinamizar a ação evangelizadora da Igreja comprometida com a transformação de nosso País e o surgimento de uma nova civilização que, cultivando a sobriedade e a partilha, respeite e valorize a vida, a grandeza e os limites da natureza.

Em cada geração, cabe à Igreja, fiéis e pastores, o dever de estar a serviço da vida em todas as dimensões de sua dignidade e etapas de seu desenvolvimento. Não podemos ficar indiferentes à marginalização de milhões de pessoas e a tantos crimes cometidos contra a vida, no Brasil e em outros recantos da Terra. Sem garantia da vida para os nascituros, condições básicas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, valorização do trabalho humano e respeito aos idosos, nosso País não conhecerá a paz social.

Como Bispos e Pastores, reunidos em Assembléia Geral de nossa Conferência Episcopal, decidimos trazer de volta ao cenário político e à consciência da Nação os massacres ocorridos em Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Não podem cair no esquecimento e seus autores permanecer acobertados ou beneficiados pela impunidade.

Mais uma vez clamamos em favor do reconhecimento, respeito e atendimento dos direitos e reivindicações dos Povos Indígenas. Da mesma forma, esperamos providências enérgicas e urgentes contra o trabalho escravo, em constante aumento em vários Estados brasileiros. Preocupa-nos, outrossim, a proposta de legalização do trabalho aos domingos, pois, ocasionará maiores dificuldades e transtornos para a vida familiar, religiosa e comunitária e o justo lazer.

A aplicação de medidas previstas nas leis que regem o País fará cessar a atuação ilegal e criminosa de policiais, como foi demonstrado recentemente pelos Meios de Comunicação Social. Advertimos, porém, que a violência ultrapassa os limites das corporações policiais ou do comportamento da polícia. Discutindo a situação dos encarcerados, a Campanha da Fraternidade deste ano, entre outras coisas, ajudou-nos a perceber a difícil e urgente tarefa de buscar caminhos de superação da violência e de práticas e métodos de combate ao crime que brutalizam tanto os agentes da lei quanto aqueles que possam tê-la infringido. A Defensoria Pública deve oferecer aos presos serviços especiais que garantam seus direitos. Da mesma forma, não podem faltar programas de educação profissionalizante.

A violência que perpassa toda a organização social é, também, consequência da política econômica geradora de uma das maiores concentrações de renda do mundo. Enquanto milhões de famílias de trabalhadores são condenadas a sobreviver com um salário aviltante e injusto, governantes e outros altos servidores públicos decretam, em seu próprio favor, um teto salarial que é uma afronta à maioria do povo trabalhador.

Enraizado, profundamente, em nossa história, o quadro crônico de exclusão e de miséria em que tentam sobreviver milhões de brasileiros, especialmente crianças, é hoje consequência direta da ordem econômica neoliberal que sobrepõe o lucro e o capital à pessoa humana, ao trabalho e ao bem comum. Descartando de forma impiedosa os mais fracos ou com menor capacidade de competição, impede o exercício da cidadania a milhões de indivíduos, provocando novas ondas migratórias dentro do próprio país e para o exterior, e o acesso ao desenvolvimento a povos que jamais conheceram a emancipação econômica. Por isso, nossa consciência ética e cristã não pode aceitar a interpretação e os rumos dados pela economia neoliberal à globalização. O empobrecimento do povo não deve ser aceito como custo inevitável do desenvolvimento econômico.

Em países do Primeiro Mundo, os danos causados a grandes contingentes de trabalhadores pela nova ordem econômica internacional são atenuados pelas conquistas e garantias dos direitos sociais, como salário-desemprego e seguro social. Nem sempre, porém, os imigrantes estrangeiros gozam desses benefícios. Entre nós, além de insuficientes e precárias, as políticas sociais compensatórias têm sido afetadas pelos cortes

orçamentários e outras medidas impostas pelo processo de saneamento da economia e estabilização da moeda.

Sem negar a importância e os benefícios de uma economia que não seja corroída pela inflação, não se percebem decisões políticas e planos de ação governamental destinados a reverter o quadro de exclusão. Enquanto mais da metade da população, economicamente ativa, foi empurrada para a economia paralela ou sofre as amarguras do desemprego, assistimos a uma apropriação privada improdutiva e indevida de bens sociais, protegida pela imunidade ou impunidade, através de encaminhamentos escusos na aplicação das finanças públicas e no trato da dívida pública e de protecionismo ao setor financeiro com recursos dos fundos públicos.

É urgente a definição de novos modelos de desenvolvimento econômico. Contando com a adesão da opinião pública e o respaldo das novas leis do Imposto Territorial Rural e do Rito Sumário, um processo firme e amplo de democratização da terra através de Reforma Agrária e de Política Agrícola adequada, resultará em novas oportunidades de trabalho e de distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e efetivo combate à fome e à indigência.

A caminho de um novo milênio, reafirmamos a importância e a urgência de iniciativas e programas que resgatem a imensa dívida social de nosso País para com a maioria de nosso povo, visando à conquista da cidadania e à construção da democracia.

Cabe-nos a todos empreender uma ação sócio-transformadora direcionada a toda a sociedade, mas com atenção prioritária aos mais pobres. Para tanto, será necessário definir uma agenda social com prioridades e metas concretas, de comum acordo estabelecida e assumida pelos Governos, em seus vários níveis e ramos, pelas diversas instituições e organizações sociais, famílias e indivíduos. A título de sugestão, apresentamos três prioridades colhidas nas últimas Mensagens Quaresmais do Papa João Paulo II dirigidas à Igreja e a todas as pessoas de boa vontade: erradicação do analfabetismo, combate à fome e garantia de moradia. Exigências da justiça e da fraternidade, são graves problemas de nossa realidade.

Com fundamentos éticos, parcerias, ações descentralizadas e solidariedade, é possível uma transformação e reversão do quadro inaceitável de legiões de brasileiros sem teto, sem escola, sem saúde, sem alimento, sem trabalho e sem terra. A cidadania almejada se concretiza na conquista dos direitos civis, sociais, econômicos e políticos. Urgimos, pois, a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos como preparação da celebração dos 500 anos da Descoberta do Brasil, a comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 2000 anos do nascimento de Jesus. Pois, o jubileu bíblico tem como objetivo o perdão das dívidas, a restituição da liberdade e a restauração do projeto inicial de um país onde todos possam viver com dignidade.

Comprometemo-nos a animar e articular melhor as Pastorais Sociais e outras iniciativas da ação social da Igreja em suas Comunidades em todo o território nacional. Estamos abertos a acolher e a promover parcerias com outras Igrejas, Religiões, instituições e organizações da sociedade civil e com os vários níveis de Governo.

Finalmente, reconhecemos que a participação nos Conselhos paritários e nos processos de elaboração e fiscalização das políticas públicas, especialmente através de orçamento participativo, tem se revelado caminho de cidadania e de democracia em vários municípios brasileiros.

Caminhemos, pois, para um novo milênio de cidadania e democracia, de vida com dignidade, participação e corresponsabilidade de todos. Queremos um Brasil sem fome e sem violência, parceiro da construção de um mundo justo e solidário. Um olhar sobre a história revela que nosso povo caminha na esperança. Com prática constante e nova de acolhimento e solidariedade, dá testemunho de sua grande Fé no Deus Vivo.

A exemplo dos Apóstolos e com igual fervor, queremos proclamar que em Cristo Jesus fomos arrancados de toda a servidão e pecado (cf. Rm 5,1-11) e enriquecidos com toda sorte de bênçãos (cf. Ef 1,3).

Itaici, Indaiatuba, SP, 16 de abril de 1997

A convenção parti

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encerrou sua assembléia anual, produzindo um documento patético que nada mais é do que a culminação de uma seqüência de equívocos que o episcopado vem cometendo há alguns anos por conta de uma paixão política e uma cegueira ideológica que não condizem com a condição religiosa. Os bispos têm errado com grande regularidade. Erram, por exemplo, quando tratam de "excluídos" os que constituem o Movimento dos Sem-Terra. Basta ver a maneira como os sem-terra têm tratado ministros e o presidente da República, nos últimos dias, para se perceber que de coitados eles nada têm. Ao contrário, sentem-se à vontade para pedir a cabeça do ministro da Reforma Agrária e para levar o presidente Fernando Henrique Cardoso a recebê-los, não sem antes limitar a agenda da conversa.

Esse não é o maior dos erros cometidos pelo episcopado brasileiro, confessados em mau português e pior lógica — antes matéria obrigatória nos seminários — num documento, desta vez, de autoria indiscutível. O documento da CNBB, na verdade, apenas reflete a confusão mental de seus autores, incapazes de decidir entre a catequese religiosa e o proselitismo político. Se se apagassem do documen-

to as referências de autoria, só se perceberia que foi escrito por religiosos pelas duas citações evangélicas do fecho e por uma referência bíblica precedente. No mais, trata-se de um manifesto político desse embrião de partido, o PCNB do B (Partido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), elaborado em cima de vagas preocupações sociais.

Preocupações sociais são sempre válidas e bem-vindas. Mas precisam, para ser levadas a sério, articular-se com as possibilidades econômicas e a realidade política. Sem isso, as preocupações deixam de ter hierarquia, anulam-se umas às outras na planície da futilidade hipócrita. É o que faz a CNBB ao nivelar as suas preocupações com a violência no campo, isto é, com os massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara, com os direitos e reivindicações dos "povos" indígenas e com, pasmem!, uma proposta de legalização do trabalho aos domingos.

O problema é que as "preocupações sociais" da CNBB se descolaram da realidade para poder servir ao propósito de combater o governo. Só isso explica o fato de, num só fôlego, o documento do PCNB do B afirmar que o quadro de

EX -
ERS



O ESTADO

op. 4

riedel
Fantasia
erine Michel
Carlo

dur für Flöte,
Heinz Holliger

HEMA Han
SIE Han

bis Revonnah

sch,
an Meier

/ 2000

e Vorschau

Jur Wq 176
ach

Orchester
rchestra

au, Sopran

warz, Bass

t d'Orphée'

n des

, 05:00,
15:00,



dária do episcopado



DE S. PAULO

miséria e exclusão está "enraizada, profundamente, em nossa história", e atribuí-lo, como consequência direta, "à ordem econômica neoliberal", que é o nome — supostamente um insulto, no mínimo uma qualificação depreciativa — que os militantes de esquerda dão ao programa de liberalização e modernização da economia desenvolvido pelo governo. Esse jogo de palavras mal seria aceitável na exaltação inco-

dos bispos fica intolerável, pela evidente desonestidade intelectual de atribuir causas históricas e efeitos que atravessam os tempos a um programa político e econômico que beira os três anos e já contribuiu muitíssimo para reduzir os níveis de pobreza e exclusão.

Não é igualmente séria a relação que a CNBB estabelece entre a violência e a política econômica. Existisse essa relação direta que os bispos denunciavam, a história da Igreja Católica, refúgio e rebanho dos pobres e dos humildes, não se confundiria com a história duas vezes milenar de dignidade e elevação dos valores da pessoa humana. A Igreja que foi o refúgio dos pobres, dos deserdados,

dos, dos servos e dos escravos não pode agora insinuar — ao deixar de enumerar as outras causas — que a violência decorre do modelo econômico, sob pena de renegar sua própria história, baseada toda ela na fé e na capacidade de regeneração do homem.

Ocorre que a CNBB tem, mais que uma agenda social, uma agenda política. Esta agenda fica clara quando o episcopado condena os programas do governo e desconsidera as circunstâncias — econômicas, políticas e sociais — em que eles devem ser tocados. Torna-se ainda mais evidente quando a CNBB

O documento dos bispos mostra que a CNBB é uma organização política que se opõe ao governo

dedica à privatização da Companhia Vale do Rio Doce — à qual é contrária — espaço idêntico ao dedicado às suas "preocupações sociais". As assembléias da CNBB assemelham-se cada vez mais a convenções partidárias. Fariam melhor os bispos "progressistas" se saíssem da ambigüidade — são antistas da Igreja Romana ou cidadãos brasileiros? — que lhes dá conforto imerecido, fundassem de vez o PCNB do B e disputassem as eleições.

April 97



PASTORAL DA

TERRA



ASSEMBLÉIA

35ª Assembléia Geral da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou sua 35ª Assembléia Geral, em Itaici, Indaiatuba-SP, de 09 a 18 de abril de 1997. Ela contou com cerca de 450 participantes, entre os quais cinco cardeais, 282 bispos e arcebispos, 21 bispos eméritos, subsecretários regionais, coordenadores das pastorais nacionais, organismos da igreja, assessores e convidados. O tema central foi "A Igreja e a Comunicação Rumo ao Novo Milênio". Diversos outros temas também foram tratados, entre os quais destacaram-se os relatórios da CPT e do Cimi. A atenção da Assembléia ficou voltada aos acontecimentos mais amplos da conjuntura. Divulgamos, na íntegra, os documentos da Assembléia: "Declaração Sobre a Vale do Rio Doce", "Vida com Dignidade" e o informativo sobre as "Terras da Igreja". Sobre este último tema voltaremos a falar em outras edições do Pastoral da Terra.



MOCHÉ

13



Terras da Igreja

Os 287 bispos reunidos em Itaiçi, receberam o Relatório sobre as Terras da Igreja Católica no Brasil. Ele foi elaborado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), a partir de uma pesquisa realizada em 1996 em todas as dioceses, institutos e congregações religiosas. O diretor executivo do Ceris, Padre Evandro Ruiz Alves Costa, informou que 90% dos questionários enviados a essas instituições foram respondidos, o que é um percentual bastante expressivo.

Verificou-se que a Igreja possui 9.475 imóveis rurais, com uma extensão total de 253.794 hectares. Destes, 8.657 imóveis, que somam 158.214 hectares, pertencem às Circunscrições Eclesiásticas, e 818 imóveis, que perfazem 95.580 hectares, pertencem aos Institutos. Segundo o Padre Evandro, toda essa área das terras da Igreja é 95 vezes menor do que os 75 maiores imóveis rurais do Brasil. As terras da Igreja também são inferiores a um milésimo da área total dos imóveis rurais do País, que totalizam 331.364.012 hectares.

Situação atual

Dos 9.475 imóveis da Igreja, 8.205, que somam 17.357 hectares, não são aproveitáveis para exploração agropecuária ou afins, por estarem sendo utilizados para finalidades religiosas e comunitárias de povoações rurais (capelas, cemitérios, centros comunitários, escolas, campos esportivos). Mesmo não computados os imóveis com finalidade estritamente religiosa ou sócio-comunitária das povoações rurais, observou-se que 90% das propriedades rurais da Igreja estão hoje sendo aproveitadas, plena (70%) ou parcialmente (19%), estando apenas 7% sem qualquer utilização.

Um total de 96,1% dos imóveis rurais da Igreja no Brasil possuem área inferior a 100 hectares, apropriando juntas apenas 14,2% da área total. No outro extremo, os imóveis com área individual de 1.000 hectares e mais apropriam 54,4% da

área total pertencente à Igreja, apesar de constituírem apenas 0,6% do total de imóveis. Em termos regionais, a importância relativa dos imóveis da Igreja com área igual ou superior a 1.000 hectares é de 87,3% no Norte, 61,2% no Centro-Oeste, 56,3% no Nordeste, 32,9% no Sudeste e 7,4% no Sul.

A produção para comercialização pouco mencionada. No caso da necessidade de exploração dos imóveis para auferir renda para a manutenção das atividades pastorais, é mais comum a prática do arrendamento das propriedades, noutra ou em parte.



Exploração

De acordo com a pesquisa, a principal finalidade das terras da Igreja é para produção e consumo próprio - por exemplo, para alimentação dos membros de comunidades religiosas, de seminaristas e formandos, de participantes de encontros pastorais e de cursos ou retiros, de beneficiários de obras sociais e assistenciais. Isso foi citado por metade dos responsáveis dos imóveis pesquisados e dirigido, prevalentemente, para produtos básicos e hortifrutigranjeiros e para a criação de animais de pequeno e médio portes. É muito comum a utilização de mão-de-obra dos próprios membros das comunidades.

Cessão gratuita

Ao redor de 5,5 mil famílias moram e trabalham nas propriedades rurais da Igreja, que também propiciam oportunidade de trabalho para mais de 4 mil famílias não residentes nos imóveis. Em todos os casos, majoritariamente em propriedades de 100 a menos de 1.000 hectares. A exploração gratuita da terra é indistintamente o título mais freqüente, seja no caso de famílias residentes (62%) ou no caso de trabalhadores não-residentes (44%). A contratação de trabalho assalariado é prática pouco comum, ocorrendo em apenas 29% dos casos de trabalhadores não-residentes e 13% das famílias que residem nos imóveis.

SOCIEDADE

CNBB quer mapear corrupção

Bispos terão de responder a pesquisa sobre práticas políticas das áreas próximas a suas dioceses

CLAYTON LEVY

ITAICI — A Comissão Brasileira de Justiça e Paz, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pretende fazer uma pesquisa nacional para mapear a corrupção eleitoral no Brasil. A proposta foi divulgada na 35ª Assembléia da CNBB, que reúne 290 bispos no mosteiro de Itaiçi, em Indaiatuba. A idéia é formular um projeto de lei modificando a legislação sobre a matéria.

A pesquisa será dirigida a todos os bispos do País, que responderão a um questionário sobre ocorrências que caracterizem corrupção eleitoral nas regiões de suas dioceses. O questionário, com dez itens, inclui perguntas como: "Tipos e formas de compra de votos e de uso da máquina pública que poderiam ser comprovados, e como prová-los." Os bispos terão até o dia 15 de julho para responder.

A partir da pesquisa, serão realizadas cinco audiências públicas

em diferentes capitais, nos meses de setembro e outubro. Segundo um comunicado da Comissão de Justiça e Paz distribuído entre os bispos, os resultados das audiências e da pesquisa serão discutidos num seminário nacional em novembro, com a participação de especialistas em legislação eleitoral, "para a formulação de um projeto de lei modificativo da

legislação sobre a matéria". Na justificativa da proposta, o secretário-executivo da comissão, Francisco Whitaker Ferreira, ex-

RESULTADO
SERÁ DISCUTIDO
EM SEMINÁRIO
EM NOVEMBRO

eleitoral

plica que "num quadro social como o brasileiro, em que a grande maioria dos eleitores é pobre, a compra de votos se torna uma artimanha fácil para se ganhar uma eleição, tanto para o Executivo como para o Legislativo".

Segundo a comissão, "as carências do povo se tornam funcionais para que muitos políticos mal-intencionados sejam seguidamente eleitos e reeleitos". De acordo com o órgão da CNBB, "essa prática alimenta também a corrupção no uso dos recursos públicos". O texto lembra ainda que a compra de votos é crime previsto no Código Eleitoral. A lei considera crime a simples oferta de favores com objetivo de obter votos.



13.

WOCHE

20:00 NDR 1 Radio Niedersachsen
"Die romantische Stunde"

Fr.
"Mittelnander"

Montag, 23. März 1998
bis Freitag, 27. März 1998

NDR Landesfunkhaus
Rudolf-von-Bennigsen-Ufer 22
30045 Hannover
Telefon: 05 11/988-0
Telefax: 922 809
Telefax: 05 11/988 10 10

19.4.97

A assembleia da CNBB

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Terminou ontem, em Itaici, a 35ª Assembléia Geral dos Bispos Católicos do Brasil. Verificou-se, mais uma vez, a importância desses encontros para o conhecimento mútuo e a união dos membros do episcopado. São dez dias de convivência, marcados pelas celebrações litúrgicas, pelo estudo dos temas, encaminhamento de propostas para a ação evangelizadora. É, também, o momento para os bispos analisarem a situação religiosa, socioeconômica e cultural do país, de modo a responder às urgências do nosso povo.

O que mais impressiona é o ambiente de cordialidade. A presença dos bispos "eméritos", que já completaram 75 anos de vida, confere à assembleia uma característica de fraterna gratidão pela experiência de vida e pelo exemplo de devotamento.

No balanço final sobressai o tema: "Igreja e Comunicação, rumo ao 3º milênio". Sublinho a necessidade de formação de profissionais que possam assumir, com competência e arte, as novas técnicas de comunicação.

Há muito que progredir no modo de transmitir o conteúdo da mensagem evangélica. Insistiu-se na criação de equipes, na participação da comunidade, no planejamento, no uso de vídeos, na colaboração entre as emissoras católicas de rádio, interesse pelas rádios comunitárias e empenho para atuar no mundo da televisão e telemática.

Especial apoio recebeu a "Rede Vida" de televisão, que vem crescendo em audiência e propõe-se a ampliar o leque da sua grade de programação.

Mereceu particular atenção o ensino religioso nas escolas da rede civil, necessário para que o educando possa ser ajudado a compreender a transcendência da dimensão religiosa, que está na base da dignidade da pessoa, no agir moral e relacionamento social.

Os membros da assembleia prepararam-se para o 2º Encontro Mundial do Santo Padre com as Famílias, de 3 a 5 de outubro no Rio de Janeiro.

Informaram-se sobre o 9º Encontro Intereclesial de Comunidades de Base em São Luís do Maranhão de 15 a 19 de julho. Foram eleitos ainda os 15 bispos que integrarão com os quatro cardeais do Brasil a delegação ao Sínodo da América, em Roma.

Foram aprovadas duas declarações para as comunidades. A primeira sobre a "Vida com dignidade", que trata dos detrimientos à vida e dos esforços para promovê-la, procurando resgatar a dívida social do país, construindo a democracia, num Brasil sem fome, sem violência e sem massacres.

A outra nota refere-se à proposta de privatizar a Vale do Rio Doce, solicitando à Presidência da República que haja, antes de qualquer decisão, uma discussão mais ampla que garanta, assim, um discernimento democrático.

No desejo de contribuir para uma solução digna para os trabalhadores sem terra, a assembleia enviou dois representantes a Brasília e tomou conhecimento do resultado da pesquisa sobre terras da igreja.

De 1960 até hoje, a igreja se desfez da metade de suas propriedades, restam 253.794 hectares, dos quais 38.021 ha necessitam de uma destinação social mais adequada e poderão ser cedidos, de diversos modos, aos mais carentes.

Com mensagem de confiança em Deus e zelo missionário, o presidente da CNBB, o cardeal d. Lucas Moreira Neves, animou a todos a levar adiante a preparação ao Grande Jubileu, em honra de nosso senhor Jesus Cristo.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.



CNBB recusa o papel de intermediária

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Itaipu (SP)

19.4.97
O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) convidou o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, para intermediar a negociação entre o governo e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O convite não foi aceito.

O governo contava com a confiança que o MST deposita na Igreja Católica. O movimento surgiu a partir de organizações como a Comissão Pastoral da Terra e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

Ao mesmo tempo, Jungmann sabia que d. Lucas é contra as invasões de terra. Sua posição é amparada em discurso aos bispos brasileiros em que o papa João Paulo 2º

condena as invasões. "Do ponto de vista da moral cristã, não é defensável qualquer tipo de invasão", disse ontem d. Lucas.

As recusar o convite, d. Lucas argumentou ao ministro que não tinha garantias de que o governo e o MST aceitariam as condições que seriam impostas por ele.

Além disso, d. Lucas não tinha certeza se o MST aceitaria sua mediação, e também se os ruralistas veriam com bons olhos que a igreja assumisse esse papel. "Seria impossível oferecer esse serviço", disse d. Lucas aos bispos.

Os motivos que levaram d. Lucas a recusar o convite do governo foram expostos no primeiro dia da 35ª Assembléia Geral da CNBB, que começou no dia 9 e terminou ontem em Itaipu (distrito de Indaiatuba, 110 km de São Paulo).

Assembléia

Em entrevista após o final da assembléia, d. Lucas tentou amenizar os recentes atritos entre a CNBB e o governo federal.

No encontro, foi divulgado um documento do Ibrades, um órgão da CNBB, que acusava o governo de "corrupção" na aprovação da emenda da reeleição de FHC.

O Planalto rebateu o documento e a CNBB afirmou que o estudo não era oficial da entidade. "Não criticamos governos, apenas levantamos questionamentos éticos sobre sua atuação", disse d. Lucas.

A CNBB divulgou dois documentos com críticas ao governo, um contra a privatização da Vale e outro acusando FHC de priorizar a estabilidade econômica em detrimento do setor social. O governo não respondeu aos documentos.

CNBB Assembléia Geral da entidade condena privatização da Vale

Presidente enfrenta crise nas relações com a Igreja Católica

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Itaiaci (SP)

20.4.97
F

Desde que assumiu o cargo, o presidente tucano Fernando Henrique Cardoso vem colecionando atritos com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Mantida sob um véu de cordialidade até agora, a crise entre a igreja e o Estado no Brasil veio a público depois que o ministro Sérgio Motta (Comunicações) acusou d. Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da entidade, de ser contra a privatização da Vale porque receberia um "dinheirinho".

Curiosamente, FHC conseguiu desagradar todos os setores do clero, desde os mais "progressistas", que se opõem à venda da Vale, até os mais "conservadores", que não se conformam com o fim do ensino religioso bancado pelo Estado nas escolas públicas.

A crise chegou ao ponto de fervera durante a 35ª Assembléia Geral da CNBB, que terminou sexta-feira em Itaiaci (bairro de Indaiatuba, a 110 km de São Paulo).

O governo já não tinha digerido o

apoio político e operacional da igreja à Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, promovida pelo MST, quando chegaram novas notícias do clero.

Um documento do Ibrades, órgão da CNBB, acusou o governo de "corrupção" na aprovação da emenda da reeleição. O Planalto divulgou nota de cinco páginas — a mais longa de FHC — afirmando que a acusação era "falsa, desabonadora para o Congresso e insultuosa para o governo".

Segundo a Folha apurou, prevendo a reação governamental depois da divulgação do estudo, o presidente da CNBB, d. Lucas Moreira Neves, telefonou para o vice-presidente, Marco Maciel, explicando que não se tratava de uma posição oficial da entidade, mas de um "subsídio" para debates.

Maciel, integrante de um grupo de políticos católicos que defendem interesses da CNBB, é o principal interlocutor no governo do setor "conservador" da igreja.

Mesmo com a explicação, o Planalto divulgou a nota de resposta.

Em Itaiaci, ficou a impressão de

que o governo tentava, com o barulho, desviar a atenção do que realmente o preocupava: a marcha do MST que se chegava à Brasília.

Para se prevenir de novas confusões, a CNBB decidiu que, nas próximas assembleias, os subsídios não serão entregues à imprensa.

Vale

Entre os documento oficiais da assembleia que criticam o governo FHC, o mais duro é o que trata da privatização da Vale do Rio Doce.

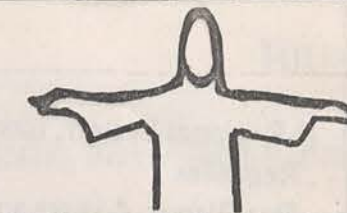
O assunto não constava da pauta prévia dos bispos. Mas a repercussão do ataque de Motta a d. Luciano provocou uma reação corporativa na CNBB que fez até um dos seus bispo mais conservadores, d. Amaury Castanho, de Jundiá, defender em plenário uma declaração oficial contra a privatização.

Na segunda-feira, d. Luciano foi convidado para um encontro com FHC no Planalto. No dia seguinte, eles conversaram por uma hora. D. Luciano disse a amigos do clero que não ficou satisfeito com o encontro. O presidente se mostrou irredutível quanto à venda da Vale.



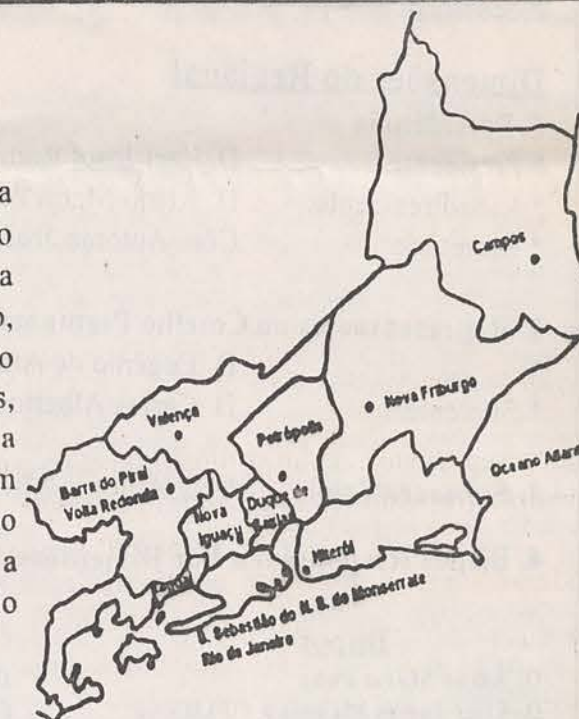
BOLETIM INFORMATIVO DO REGIONAL LESTE 1 - CNBB

Rua Benjamin Constant, 23/520 - Glória/Rio-RJ
20.241-150 - tel/fax: (021) 232.2025



1. O Regional Leste 1

É um espaço eclesialístico ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, situado no Estado do Rio de Janeiro e constituído por 10 Dioceses. Funciona numa sala da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Sua função, além de administrativa, está voltada para uma ação animadora e dinamizadora à Pastorais e movimentos, procurando também cultivar a fraternidade e a cordialidade entre as Dioceses. Cada Diocese tem autonomia no seu processo de caminhada, cabendo ao Regional o papel de articular os trabalhos de modo a buscar o fortalecimento, a animação e o ardor missionário nesta realidade cultural.



2. A Articulação do Regional

A CNBB lança as Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja para todo o Brasil, através dos seus 16 Regionais. Cada Diocese tem seu Bispo que anima, educa, alimenta a fé de seu povo.

No Regional, os Bispos se reúnem para estudar, analisar, orientar os trabalhos numa dimensão de Pastoral de Conjunto, a serviço da vida e da esperança neste espaço do Rio de Janeiro, sempre iluminados pelos ensinamentos do Santo Padre e das Diretrizes da CNBB.

Através dos encontros, estudos, reflexões, os assessores indicados pelos Bispos do Regional, procuram animar essa ação evangelizadora nas Dioceses, de acordo com 6 linhas concebidas como dimensões constitutivas da evangelização.

A articulação não cria laços de subordinação, mas estabelece uma efetiva comunicação entre os Dioceses, permitindo o intercâmbio de informações através do diálogo para um possível consenso, procurando ser testemunho de comunhão e participação.

NESTA EDIÇÃO

- 1 O Regional Leste 1
- 2 Articulação
- 3 Funcionamento
- 4 Organização

3. O Funcionamento

O Regional Leste 1, funciona plenamente com 10 Pastorais, 03 Movimentos e CF.

Reuniões

- Dos Bispos: 4 vezes ao ano.
- Dos Assessores: mensalmente, no Regional e, sistematicamente, cada assessor com os representantes diocesanos.

Dimensões do Regional

1. Presidência

- * Presidente: D. Karl Josef Romer
- * Vice-Presidente: D. Alano Maria Pena
- * Secretário: Côn. Antonio José de Moraes

2. Representantes no Conselho Permanente

- * D. Eugênio de Araújo Sales
- * D. Carlos Alberto E. G. Navarro

3. Subsecretário: Côn. Antonio José de Moraes

4. Bispos Responsáveis Por Dimensões, Setores e Coordenadores Regionais

Bispos	Dimensões/Setores	Coordenadores
D. Alano Maria Pena	Comissão Regional do Clero	Pe. Paulo A. M. Rodrigues
D. Elias James Manning, OFMConv	Catequese	Mariza Tavares
D. Carlos Alberto E. G. Navarro	Ensino Religioso	Ediléa da Silva Santos
D. Roberto Gomes Guimarães	Seminários e Institutos de Formação	Pe. Luiz Cássio Moreira
D. Werner Siebenbrock	Pastoral da Juventude	Paulo Sérgio de Aquino
D. José Augusto Zini Filho	Pastoral Vocacional	Ir. Maria Cecília Toste Malta
D. Clemente José Carlos Isnard, OSB	Liturgia	Mons. Amaro C. de A. Filho
D. Werner Siebenbrock	Pastoral Missionária	Ir. Gertrudine Lorenz
D. Rafael Llano Cifuentes	Pastoral da Família	José e Conceição Mendes
D. Karl Josef Romer	Ecumenismo	Antonio Mota
D. Werner Siebenbrock	Comissão Regional de Leigos	Mariza Tavares
D. Vital J. G. Wilderink	Campanha da Fraternidade	

Movimentos

- Fé e Luz - Aureliza Bezerra
- O.F.S - Vergília Vegnano
- Cursilhos de Cristandade - José de Freitas Ribeiro

4. A Organização do Regional

O Regional é constituído por 10 Dioceses, a saber:

D. Eugênio de Araújo Sales	- Rio de Janeiro
D. Vital J. G. Wilderink	- Itaguaí
D. Waldyr Calheiros de Novais	- Barra do Pirai/Volta Redonda
D. Mauro Morelli	- Duque de Caxias
D. Werner Siebenbrock	- Nova Iguaçu
D. Elias James Manning	- Valença
D. Carlos A. E. G. Navarro	- Niterói
D. Alano Maria Pena	- Nova Friburgo
D. José Carlos de Lima Vaz	- Petrópolis
D. Roberto Gomes Guimarães	- Campos

* Abadia do Mosteiro de São Bento: D. José Palmeiro Mendes



DIA DA INDEPENDÊNCIA Entidades vão protestar, em 7 de setembro, CNBB e MST darão 'ca'

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso deverá receber um "cartão vermelho" em megamanifestação que será promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) no próximo dia 7 de setembro, em Aparecida (SP).

O protesto acontecerá durante o "3º Grito dos Excluídos". Os organizadores do evento esperam reunir mais de 100 mil pessoas no santuário de Aparecida.

No ano passado, o "grito", organizado apenas pela CNBB, reuniu 70 mil pessoas.

A referência a FHC está no roteiro da organização do evento, que ainda está sendo discutido.

No encerramento, os participantes vão levantar "cartões vermelhos" para temas como "fome",

"corrupção" e "política econômica do governo".

Segundo o roteiro inicial, em seguida, deverão receber o "cartão vermelho" (que, no futebol, significa expulsão de campo de um jogador) o "projeto neoliberal", a "dívida externa", as "privatizações" e, por último, "FHC".

Marchas

O "Grito dos Excluídos" vai começar às 8h, com a chegada de duas marchas do MST. Uma, com militantes de São Paulo, e a outra, do Rio de Janeiro.

Estarão presentes os líderes do MST José Rainha Jr. e João Pedro Stedile, além do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

Em seguida, será realizada uma missa celebrada pelo cardeal de Aparecida, d. Aloísio Lorscheider.

Também participarão o responsável pela Pastoral Social da CNBB, d. Demétrio Valentini, o presidente da Comissão Pastoral da Terra, d. Tomás Balduino, e d. Angélico

Bernardino, da Pastoral Operária.

O tema da manifestação será "Queremos Justiça e Dignidade". Segundo d. Demétrio, o objetivo do ato não é protestar contra o presidente FHC.

"O tema está relacionado com a Campanha da Fraternidade de 97, que tratou do problema dos presidiários", diz. "Nós enviaremos uma carta ao presidente da República para que ele saiba que o protesto não é contra seu governo, mas sim um alerta para a igreja e para a sociedade sobre o problema dos excluídos sociais", afirmou.

Missas

Como o "Grito dos Excluídos" faz parte do calendário de celebrações pastorais da CNBB, ele será citado em todas as missas do próximo dia 7, que será um domingo.

Haverá também protestos contra a condenação de José Rainha Jr. e contra a decisão da Justiça de abrandar a acusação contra os assassinos do índio Galdino.

EDITORIA

Política
Economia
Nacional
Internacional
Ciência
Esportes
Há 40 Anos
Charge

COLUMNA

Fato do Dia
Helio Ferman
Carlos Chagas
Sebastião Neves
Os Caros Coelhos
Lindolfo Maciel
Argemiro Feres
Cláudio Humane
Opinião

TRIBUNA

Cultura
Ponto de Vista
Estante
Hoje na TV
Ferreira Netto
Márcio G.

AUTO E TURISMO

Automóvel
Turismo

NA INTERNET

Pesquisa de Opinião
Linke-se

João Paulo 2º deve receber índios

do enviado especial

A CNBB vai encaminhar pedido ao papa João Paulo 2º para que ele receba uma família de índios durante sua visita ao Brasil.

A idéia foi apresentada ontem por um grupo de deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara para o presidente da CNBB, d. Lucas Moreira Neves. O encontro foi em Brasília.

Segundo o deputado Hélio Bicudo (PT), o objetivo do pedido é aumentar o debate sobre a questão indígena no país. "O papa recebeu índios nas duas primeiras vezes que veio ao Brasil. Seria importante que ele repetisse o ato", disse.

Em resposta à proposta dos deputados, d. Lucas afirmou que a visita do papa terá um caráter diferente das outras, uma vez que ele

vem ao país exclusivamente para participar do "2º Encontro do Papa com as Famílias".

"Por esse motivo, decidimos propor que ele receba, ou se encontre, com uma família de índios durante sua passagem pelo Brasil", disse Bicudo.

Hoje, os 27 bispos que participam da reunião de presidentes das regionais da CNBB e do Conselho Episcopal de Pastoral vão à entrega do prêmio "Margarida de Prata", no Cine Brasília.

O prêmio é dado pela CNBB para filmes que "contribuem para a promoção dos valores humanos, sociais, culturais, éticos, cristãos e espirituais". O longa "O Sertão das Memórias", de José Araújo, e o curta "Estrela de Oito Pontas", de Fernando Diniz e Marcos Magalhães, estão entre os vencedores.

Cardeais terão plano médico

da Sucursal do Rio

Os cerca de 800 cardeais e bispos que estarão no Rio durante a visita do papa João Paulo 2º terão um plano de assistência médica oferecido pelo Bradesco Seguros.

O plano durará sete dias —permanência média dos cardeais e bispos na cidade. Não haverá custo para a Arquidiocese do Rio.

Os beneficiários com o plano receberão uma listagem de hospitais, clínicas, laboratórios e médicos que integram a rede do Saúde Bradesco (plano de saúde do Bradesco Seguros). Todos os médicos e instituições da rede poderão atender os prelados. O convênio entre a arquidiocese e o Bradesco Seguros será anunciado amanhã.

contra a fome, a corrupção e a atual política econômica

'tão vermelho' a FHC

SEGURANÇA

Patricia Santos/Folha Imagem



Soldados cobrem papamóvel, depois de apresentação na Base Aérea do Galeão, zona norte do Rio

Papamóveis que resistem a balas de fuzil chegam ao Rio

Veículos para o transporte de João Paulo 2º vieram da Argentina

da Sucursal do Rio

Dois papamóveis blindados, com vidros de 20 mm de espessura e à prova de balas de fuzil, vão transportar o papa João Paulo 2º durante sua visita ao Rio, em outubro.

Os papamóveis chegaram ontem à Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador (zona norte), trazidos da Argentina por um avião cargueiro da FAB (Força Aérea Brasileira).

Os veículos foram levados para a sede da Polícia Federal, on-

de serão submetidos a vistoria para verificação de condições mecânicas e de segurança.

O coronel Paulo Renato Fayão, funcionário da Presidência encarregado do transporte do papa, afirmou que os papamóveis resistem a tiros de fuzil, mas disse desconhecer se resistem ao fuzil AR-15, modelo mais usado por traficantes cariocas.

Consultado pela Folha, o diretor da DFAE (Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos), delegado Fernando Oséias Vasconcelos, disse que os modelos

de fuzil em uso no Rio são equivalentes a outros modelos. "O AR-15 é um fuzil. O que resiste ao fuzil comum resiste ao AR-15", afirmou.

Os dois papamóveis são da Confederação Nacional dos Bispos Argentinos e ficam guardados em museus. Já foram utilizados por João Paulo 2º na visita de 1991 ao Brasil.

Os papamóveis, a gasolina, foram adaptados a partir de duas camionetes. Seis motoristas da PF e Exército estão sendo treinados para dirigir os veículos.

FHC pede, em carta, que ato ocorra 'dentro da ordem'

da Sucursal de Brasília

Em carta enviada ontem à CNBB, o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu que o "3º Grito dos Excluídos" ocorra "dentro da lei e da ordem" e afirmou que a "dívida social" só vai ser vencida com "a união de todos os brasileiros".

FHC enviou a carta ao bispo d. Demétrio Valentini, da Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O presidente afirmou que enviava a mensagem à CNBB em resposta a uma carta de Valentini, datada do dia 26 de agosto, que não foi divulgada pelo Planalto. Nesta semana, FHC e CNBB trocaram críticas — a última, pela boca de Valentini.

Ele disse que FHC sofria da "petulância do intelectual". A afirmação foi uma resposta a declaração feita no dia anterior por FHC, de que a solução para os problemas sociais não sairia "da batina".

Na carta, FHC disse ao bispo que concordava com o "objetivo de convocar a sociedade brasileira para lutar contra a exclusão e eliminá-la". "Apenas um clima de paz e de cooperação permitirá a busca de soluções duradouras", afirmou.

Leia a íntegra da carta à CNBB

Leia abaixo a íntegra da carta do presidente Fernando Henrique Cardoso a d. Demétrio Valentini, responsável pela Pastoral Social da CNBB.

Prezado d. Valentini

Escrevo-lhe em resposta a sua carta de 26 do corrente, relativa ao evento intitulado "Grito dos Excluídos" previsto para o próximo dia 7 de setembro, Dia da Pátria. Coincido inteiramente com Vossa Excelência Reverendíssima quanto ao elevado objetivo de convocar a sociedade brasileira para lutar contra a exclusão e eliminá-la, sob qualquer forma em que exista em nosso país.

Coincido, igualmente, em que é essencial que essa manifestação cívica revista-se de caráter pacífico, na medida em que apenas um clima de paz e de cooperação permitirá a busca de soluções duradouras. Para que mantenha plena legitimidade, é essencial, portanto, que a mobilização transcorra dentro da lei e da ordem, a mesma lei e ordem que permitem que estejamos alcançando tantos avanços em diversas áreas, entre as quais a da reforma agrária, tema que preocupa de modo especial a todos nós.

Até setembro de 1997, por exemplo, 40 mil famílias terão sido assentadas, sinalizando que, pelo terceiro ano consecutivo, a meta prevista — 80 mil — deverá ser atingida. Apenas na região do Pontal do Paranapanema, foram investidos mais de R\$ 50 milhões, co-

locados à disposição 65 mil hectares e assentadas mais de 3.000 famílias.

O novo Imposto Territorial Rural (ITR) deverá entrar em vigor a partir deste mês, o que implicará em menor sonegação e em novos recursos para a reforma agrária. Cabe observar que a convergência de fatores como o Plano Real, as auditorias e o ITR já contribuíram para uma queda do valor da terra da ordem de 30%. A adoção do rito sumário, por sua vez, já está permitindo uma agilização inédita dos procedimentos que vão da declaração de desapropriação até à transição da propriedade em nome da União.

Finalmente, é relevante recordar que os juros do Procerca baixaram de 12% para 6,5%, o que, tendo em vista as taxas atuais de inflação, é quase nada.

Mas não vamos descansar sobre essas conquistas inegáveis — e não vou mencionar aqui os avanços já obtidos por meu governo em campos essenciais para a superação da exclusão como educação, saúde, habitação e saneamento, geração de emprego e qualificação de mão-de-obra.

Ao contrário, o muito que fizemos nos torna mais exigentes. Motivava-nos a ir mais adiante, ao mostrar que o desafio da nossa dívida social, apesar de considerável, pode ser vencido com a determinação, o trabalho e, sobretudo, a união de todos os brasileiros.

Reitero, pois, meu compromisso pessoal e de governo com a luta contra a exclusão e espero continuar a contar com sua colaboração nesse empreendimento comum.

Receba meu cordial abraço.

Agricultores mantêm técnicos do governo como reféns no RS

CARLOS ALBERTO DE SOUZA
da Agência Folha, em Porto Alegre

Cerca de 800 pequenos agricultores impediram três assessores do Ministério da Agricultura de sair de uma audiência com eles, ontem à noite no Centro de Cultura de Esteio (RS), até que uma solução que lhes favorecesse fosse encontrada.

O secretário da Justiça e da Segurança, José Fernando Eichenberg, recebeu a informação de que o assessores estavam sendo mantidos como reféns e ordenou que a PM fosse ao local para libertá-los.

Depois de cinco horas e meia de reunião, os assessores — um deles o secretário nacional de Política

Agrícola do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa — conseguiram deixar o Centro de Cultura.

O ministro da Agricultura, Arlindo Porto, considerou que seus assessores foram "sequestrados". Disse que não atenderá à reivindicação dos pequenos agricultores, porque não trabalha sob pressão.

Na reunião, os assessores ouviram xingamentos por parte de líderes dos pequenos agricultores mobilizados no movimento denominado "Ferramentação".

Aos gritos, líderes disseram que o governo é "safado e sem palavra". Alguns líderes também disseram que não iriam deixar os assessores sair audiência sem que

houvesse um definição à reivindicação deles, a liberação de crédito subsidiado no valor R\$ 30 milhões.

O ministro Arlindo Porto (Agricultura) acompanhou o impasse pelo telefone celular, informado por seu chefe de gabinete, que era contactado pelos três assessores.

Porto se encontrava no parque Assis Brasil, onde se realiza a Expoiner, uma feira agropecuária, a cerca de 300 m da Casa de Cultura.

O deputado Adão Pretto (PT), que estava com os pequenos agricultores, disse que os manifestantes conseguiram marcar uma audiência na próxima quarta no Ministério da Agricultura, para tentar a liberação do crédito.

O dia da união 7.9.97*

VICENTE PAULO DA SILVA

Hoje, 7 de setembro, é um dia de grande importância para o nosso país. Comemoramos o início do processo de construção de uma nação justa, livre e soberana —mas, infelizmente, falta-nos muito para conquistá-la.

É neste dia também que a CNBB realiza a "Romaria dos Trabalhadores" e, desde 95, o "Grito dos Excluídos", que neste ano está sendo organizado em conjunto com a CUT, a Central de Movimentos Populares e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É o significado desta data que a torna a mais apropriada à realização do "Grito dos Excluídos". Ele deve ser encarado como momento de reflexão e de solidariedade a todas as pessoas que, em nosso país, são privadas dos direitos mais elementares de um cidadão.

É também uma oportunidade para lembrarmos a imensa dívida social que o Brasil acumula ao longo da sua história. Para pensar naqueles que não dispõem de um teto para se abrigar, ou habitam em condições de absoluta precariedade, e naqueles que não têm terra para plantar a semente da sua subsistência; para lembrar os milhões de crianças e jovens vitimados por uma realidade que impede a existência do sonho de uma vida melhor; e para não esquecer as pessoas que, em função do desemprego, são impedidas de usar o único bem que possuem, sua força de

trabalho, para garantir seu sustento.

De forma nenhuma isso se confunde com a promoção da desunião, como insinua o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário: propomos que todos os esforços estejam voltados para o objetivo maior, que é a erradicação da miséria. A prática dos organizadores da manifestação tem sido marcada pelo compromisso com a construção de um país justo e democrático, que garanta vida digna para todos.

Quem luta por justiça e dignidade não quer a desunião. Desunir é não priorizar a implementação de políticas necessárias à reversão do quadro social do país. O

que causa a desunião é a postura de uma elite insensível, que leva milhões de pessoas à marginalidade.

Temos plena consciência das dimensões dos problemas sociais no Brasil. Também não acreditamos em soluções mágicas. Mas não podemos considerar soluções ações pontuais, localizadas, que não se constituem como políticas públicas democráticas e universais; nem admitimos que elas sejam usadas em propagandas enganosas, que tentam convencer as pessoas de que o social é prioridade para o governo.

Nenhuma pessoa ou instituição, isoladamente, é suficiente para apontar o caminho para tirar o Brasil dessa incômoda condição. Principalmente quando a vaidade é mais forte que a humildade necessária à compreensão de que as críticas também são importantes para a construção desse caminho.

O "Grito dos Excluídos", que deve acontecer em quase mil municípios brasileiros, só é organizado em função da existência da exclusão social. Sonhamos com um país onde não sejam mais necessárias manifestações como essa. Onde as pessoas possam cuidar dos seus dentes, para que não precisem de dentaduras. Um país verdadeiramente independente, cujos filhos não tenham que passar fome para alimentar a ganância dos credores externos.

Mas, enquanto não mudamos o país, deveríamos escutar esse grito todos os dias, principalmente hoje. É preciso que o presidente limpe os seus ouvidos entupidos pela sujeira da água da piscina palaciana e ouça o clamor desse mar de gente, provocado pelo abandono.

Vicente Paulo da Silva, 41, metalúrgico, é presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Inspir (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial). Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

É uma oportunidade para lembrarmos a imensa dívida social que o Brasil acumula ao longo da sua história

*)Ausfüllung erfolgt gem. den fachspezifischen Regelungen für die Fächer des ZBW

27.9.97

Bem-vindo, santo padre

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Com alegria vai se iniciando no Brasil a viagem de tantos casais em direção ao Rio de Janeiro. São representantes das comunidades para o 2º Encontro Mundial do Papa com as Famílias. A fé diminui distâncias.

Centenas de milhares de católicos estão a caminho com o desejo de homenagear o papa João Paulo e reafirmar o valor da família. A Rede Vida preparou-se para dar cobertura total à permanência do papa entre nós. Os demais canais de televisão hão de permitir acompanhar de perto os momentos centrais desse evento.

De onde vem tanta vontade de participar desse acontecimento? Sem dúvida, o tema da família vem merecendo, durante meses, toda a atenção e aprofundamento nas comunidades cristãs. São dias de estudo, grupos de reflexão, que têm ajudado a valorizar e redescobrir o projeto de Deus sobre a "Família, dom, compromisso e esperança".

No entanto, a pessoa do papa João Paulo 2º exerce uma atração própria e podemos dizer única no atual contexto mundial. Nele reconhecemos, à luz da fé, o sucessor de Pedro, escolhido por Jesus Cristo para conduzir, de modo visível, a sua igreja, como prova de solicitude do Bom Pastor pelo rebanho. Queremos homenagear, de modo muito afetuoso, o testemunho de vida do papa João Paulo 2º. Nos quase 19 anos de exercício de seu pontificado tem demonstrado exemplar e incansável devotamento à sua missão.

Em Roma é intensa sua atividade, acolhendo os bispos nas visitas canônicas e os peregrinos do mundo inteiro e a todos dirigindo palavras de orientação, incentivo na fé, na vida cristã e ação missionária. Surpreende pelo zelo na missão de ensinar, apresentando nas cartas encíclicas e documentos pontifícios as diretrizes da igreja.

Acompanha, com afeto, as variadas situações da humanidade, com oração e suas mensagens, procurando confortar os que sofrem, animar os propósitos de paz e justiça. Apesar da idade e das limitações de saúde não tem esmorecido nas longas viagens para levar a todos o conforto de sua presença e o encorajamento de sua palavra.

A próxima viagem ao Rio de Janeiro tem particular significado para o santo padre. Entre os temas mais frequentes de sua pregação sobressai a defesa e promoção da vida, dom sagrado de Deus, e a importância da família, expressão de doação recíproca, na qual é acolhida e desenvolvida a vida.

Entre os frutos promissores desta visita amiga do papa ao Brasil, pedimos a Deus, esteja o apreço à família, marcada pelo testemunho de maior compreensão, amor e fidelidade entre os cônjuges, seus filhos e familiares.

No momento em que os jornais e o Congresso debatem o direito à vida de toda criança que nasce, é providencial ouvir quem tem sido sempre intrépido arauto da dignidade da pessoa humana.

Que a bênção especial de Deus desça sobre o Brasil e nos ajude a compreender o dever de proteger e acolher sempre a vida nascente. Lembremo-nos de que as pesquisas sobre projetos de lei a respeito do aborto revelam apenas quantos são a favor e contra as propostas. Não indicam a verdade. Mas têm demonstrado a necessidade de descobrirmos a evidência do valor soberano da vida, apesar das apreensões e resistências.

A presença do papa João Paulo 2º ajude-nos a todos a estarmos mais pertos de Deus e mais unidos entre nós a serviço da vida.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

FOLHA DI

NATAL *Em carta a FHC, entidade defende benefício para deten*

CNBB quer indulto p

LUI: ENRIQUE AMARAL
envia especial a Brasília

A CNL 3 (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) decidiu ontem enviar um documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso propondo a ampliação do indulto de Natal. O objetivo da entidade é a libertação de presos com doenças graves, como Aids, ou portadores de deficiências físicas.

As cadeias brasileiras estão entre as campeãs de Aids no mundo. Entre os cerca de 150 mil detentos do

país, cerca de 15%, ou 22.500, seriam portadores do HIV ou doentes de Aids, segundo dados do Ministério da Saúde. Só prisões da Espanha têm média da doença tão alta quanto no Brasil.

Segundo dados da CNBB, a média de portadores do HIV nos presídios do país é de 1 para cada 6 presos. Na população comum, a média é de 1 para cada 364 pessoas.

A idéia foi batizada de "Indulto da Fraternidade". Ela surgiu na Comissão Brasileira de Justiça e Paz, órgão da CNBB que cuida da

área de direito humanos, e foi apresentada ontem durante reunião da entidade, em Brasília, por d. Demétrio Valentini, bispo responsável pela Pastoral Social.

A primeira versão da carta da CNBB a Fernando Henrique pede que sejam indultados "presos em condições graves de saúde, clinicamente comprovadas, portadores do vírus da Aids e de outras doenças de recuperação praticamente impossível, assim como presos tetraplégicos".

A versão final da carta será divul-

S.PAULO

quarta-feira, 29 de outubro de 1997 são paulo 3 ■ 11

to tetraplégico ou com recuperação praticamente impossível

ara presos com Aids

gada amanhã pela entidade.

O que é o indulto

O indulto de Natal é concedido todos os anos pelo presidente da República para que presos de bom comportamento, e que já estejam no final de suas penas, possam passar a festa com a família.

A idéia da ampliação do indulto nasceu a partir da Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema é "Fraternidade e Encarcerados".

Segundo d. Valentini, a idéia da CNBB é que sejam libertados

"presos que não estejam mais constituindo perigo" à sociedade. "Além disso, um doente em estado terminal não pode mais ser condenado, ele já está condenado."

Para o bispo, a medida vai aliviar a tensão nos presídios no final do ano. "Frequentemente acontecem rebeliões causadas pela indignação humana, bondosa, de presos contra o mau tratamento que os colegas doentes recebem".

A CNBB também decidiu divulgar amanhã um documento con-

denando a exploração do trabalho infantil. "Vamos propor um mutirão de toda a sociedade contra o problema", diz o bispo-auxiliar de São Paulo, d. Angélico Bernardino, autor da idéia.

As duas propostas foram aprovadas por unanimidade pelos 23 bispos reunidos em Brasília e que integram a presidência e o conselho permanente da CNBB.

O objetivo principal da reunião é discutir o tema da próxima assembleia geral da entidade, que acontecerá em abril de 98.

IGREJA

Presidente da CNBB é internado na Bahia

at
10-10-80
ESP

da Agência Folha, em Salvador

O presidente da CNBB, d. Lucas Moreira Neves, 72, foi transferido na manhã de ontem para uma unidade semi-intensiva do hospital Aliança, em Salvador (BA), onde se recupera de uma crise súbita provocada pelo diabetes.

O boletim médico divulgado ontem informava que o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) apresentava "boa resposta ao tratamento, com melhora significativa".

Segundo o boletim, o cardeal estava se comunicando, mas as visitas continuavam restritas.

D. Lucas Moreira Neves foi internado em regime de urgência na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) do hospital Aliança na manhã de anteontem.

Os médicos diagnosticaram desidratação e distúrbio metabólico em consequência do diabetes. Eles estimam que d. Lucas deva permanecer internado por mais 48 horas.

A Arquidiocese de Salvador e o rádio Excelsior —local de despacho do presidente da CNBB— não divulgaram a crise de d. Lucas.

No domingo, o cardeal foi homenageado por um concerto pelos seus 72 anos, dez deles à frente da Arquidiocese de Salvador.

IGREJA CATÓLICA *Religiosos das Américas reunidos no Vaticano*

Sínodo dos Bispos cr

das agências internacionais

Membros do Sínodo dos Bispos para as Américas, reunidos no Vaticano desde o início da semana, condenaram ontem o neoliberalismo praticado nos países da região.

O evento — inédito nos quase 2.000 anos da Igreja Católica — é coordenado pelo papa João Paulo 2º e reúne religiosos de todos os países das Américas.

A partir de citações da Bíblia, os bispos criticaram o neoliberalismo, qualificando a atual situação dos povos latino-americanos “um atentado aos planos de Deus”.

O arcebispo de Nova Pamplona, na Colômbia, Victor Manuel López Forero, 66, fez as críticas mais contundentes.

Para o religioso, a nova ordem econômica mundial “está contribuindo enormemente para o empobrecimento do povo e contraria abertamente o plano do Criador”.

López Forero — que acredita não haver “versão boa” do neoliberalismo — teme que a economia de mercado se transforme em “poder absoluto” e acentue as desigualdades e o fluxo migratório.

“O neoliberalismo gera má distribuição de riqueza, mercados sem controle social, crescente e asfixiante dívida externa e a grave crise generalizada de nossa sociedade”, disse.

A opinião é compartilhada pelo arcebispo de San José, capital da Costa Rica, Román Arrieta Villalobos, 73. Para ele, devem ser estabelecidos preços mais justos aos produtos vendidos da América Latina para os EUA e Canadá.

Villalobos afirma que a medida serviria para “melhorar substancialmente as condições de vida de amplos setores da população latino-americana”.

Banco Mundial

Ontem, o papa João Paulo 2º manteve encontro reservado com o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, durante inter-

valo nas assembleias. O conteúdo da conversa não foi divulgado pela assessoria do papa.

A assembleia do Sínodo dos Bispos para as Américas tem como tema “Encontro com Jesus Cristo

S.PAULO

quarta-feira, 19 de novem

dizem que modelo econômico leva ao e
ítica neoliberal

Vivo, Caminho para a Conversão, a Comunhão e a Solidariedade na América”.

O objetivo é discutir os rumos da Igreja Católica no continente e sugerir propostas de mudanças, que

abro de 1997 **brasil 1 ■ 11****mpobrecimento****lismo**

podem ou não ser aceitas pelo papa. A delegação brasileira, com 22 bispos e arcebispos, é a maior.

THURSDAY

FRIDAY

SATURDAY / SUNDAY

OKTOBER	NOVEMBER	DEZEMBER
40 41 42 43	44 45 46 47 48	49 50 51 52
4 11 18 25	1 8 15 22 29	6 13 20 27
5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28
6 13 20 27	3 10 17 24	1 8 15 22 29
7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30
1 8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31
2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25
3 10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26

OKTOBER	NOVEMBER	DEZEMBER
40 41 42 43 44	45 46 47 48	49 50 51 52
2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25
3 10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26
4 11 18 25	1 8 15 22 29	6 13 20 27
5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28
6 13 20 27	3 10 17 24	1 8 15 22 29
7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30
1 8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31

OKE Tillner GmbH & Co. KG
 Hansaring 7 · 49504 Lotte
 Telefon 0 54 04 / 952-0
 Telefax 0 54 04 / 952-200

Branch: Am Willersberg 231
 98663 Ummerstadt
 Telefon 03 68 71 / 2 01 21
 Telefax 03 68 71 / 2 01 25

Sínodo da América (1)

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Pela primeira vez na história da igreja, realiza-se um Sínodo para a América, convocado pelo papa João Paulo 2º, de 16/11 a 12/12, com a participação de bispos representantes de todos os países do continente.

O ato inaugural foi a Liturgia Eucarística na Basílica São Pedro, no dia 16/11, presidida pelo santo padre. A seu lado, estavam os três moderadores do Sínodo: cardeal Eugênio Sales, do Rio de Janeiro; cardeal Roger Mahony, de Los Angeles e Mons. Dario Castrillon, prefeito da Congregação para o Clero. Os frutos do sínodo foram confiados à proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira da América.

No dia seguinte, d. Eugênio Sales abriu os trabalhos, saudando os presentes e mostrando como o atual sínodo se insere na sequência do Concílio Vaticano 2º. Afirmou a necessidade de coerência entre fé e vida, não só no aspecto pessoal, mas na transformação das estruturas econômicas e políticas. Coube ao cardeal Jan Schotte, secretário permanente dos Sínodos dos Bispos, apresentar amplo relatório sobre a preparação desta assembléia, iniciada em março de 1993.

De acordo com o método sinodal, o relator, cardeal Juan Sandoval Iniguez, com maestria, expôs o tema central "Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América". Elencou os principais desafios para a ação evangelizadora da Igreja e os fatores humanos e sociais que fazem encarar o futuro com esperança. Ficou a cargo do dr. Guillermo Escobar Herrán, da Fundação Simon Bolívar, na Colômbia, fazer uma síntese sobre os cinco séculos de evangelização na América.

Os participantes do sínodo (233) pertencem a três modalidades de convocação: a) os membros "ex officio": cardeais, presidentes das conferências episcopais, presidente do Celam, superiores dos dicastérios da Cúria Romana (70); b) membros eleitos pelas conferências episcopais (136), e pela União dos Superiores Gerais (6); membros de nomeação pontifícia (21). A estes que têm direito de voto, acrescentam-se 18 peritos que auxiliam o relator do tema central e 41 outros convidados (sacerdotes, religiosos e religiosas, leigos e leigas). O Brasil participa com 20 membros, com direito a voto.

O sínodo abrange duas fases. A primeira é dedicada a ouvir as contribuições pessoais de cada participante. Há uma breve exposição oral (oito minutos) e a entrega de um texto completo por escrito. Essa fase dura cerca de dez dias e conclui-se com a nova síntese feita pelo relator cardeal Sandoval. Abre-se, então, o período de mais dez dias para os trabalhos em grupo. São 12 "círculos menores", conforme o idioma. Os grupos elaboram proposições que serão votadas em plenário e apresentadas ao santo padre.

Uma comissão especial fica encarregada de redigir a "Mensagem ao Povo de Deus", informando às comunidades do trabalho do sínodo.

Até sexta-feira usaram da palavra mais de cem participantes. Nota-se convergência em temas principais, como adesão pela fé a Jesus Cristo, a necessidade de conversão, a solidariedade fraterna entre as Igrejas, a evangelização das grandes cidades, o respeito às culturas indígenas e afro-americanas e o serviço de promoção humana para superar as desigualdades sociais.

Agradecemos a todas as comunidades da América que nos acompanham com a sua prece.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

PUBLICIDADE Empresa de lingerie, que veiculou anúncio com c

CNBB quer boicote

da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), dom Lucas Moreira Neves, defendeu ontem o boicote a peças de lingerie da marca Duloren.

Ele chamou de "indecente", "agressivo" e "imoral" o anúncio da empresa, publicado em revista no último final de semana, que defende a legalização do aborto em casos de estupro.

O anúncio da Duloren mostra dois homens se preparando para estuprar uma mulher, vestida com calcinha e sutiã, com as seguintes frases: "Legalizem logo o aborto. Não quero ficar esperando". Dom Lucas afirmou que espera que "a reação venha dos próprios consumidores".

"Denuncio a Duloren como corruptora de consciências e da moral pública", disse. Ele afirmou que "não se pode ganhar dinheiro com roupas íntimas de mulher quando se tem a vida em jogo" e que "nem tudo que dá dinheiro é bom ou humano".

De acordo com dom Lucas, é "obsceno" o dinheiro ganho com

venda de lingeries influenciadas por essa propaganda.

O presidente da CNBB disse ainda que irá reunir os bispos do país para discutir o caso e que poderá entrar com uma ação junto ao Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária) pedindo a suspensão do anúncio.

O Conar já abriu um processo para julgar a campanha depois que recebeu carta do secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, criticando o anúncio.

Multa de até R\$ 1,92 mi

A Duloren também foi autuada pelo Procon de São Paulo por causa do mesmo anúncio, considerado propaganda abusiva, "que fere os princípios básicos da dignidade humana, em especial os da mulher, ao sugerir uma cena de estupro com o objetivo de venda dos produtos da empresa".

Segundo o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Belisário dos Santos Júnior, a quem o Procon está subordinado, a empresa, já notificada, terá dez dias para apresentar sua defesa e poderá ser multada em até o equivalente a 2

milhões de UFIR (cerca de R\$ 1,92 milhão). "É um valor relevante, que mostra para a comunidade que está protegida pelo Código de Defesa do Consumidor", disse.

O secretário da Justiça afirmou ainda que considera "função do Estado" estabelecer limites para a sociedade no momento histórico em que o país volta à democracia plena e tudo parece permitido.

"O anúncio incita ao crime porque estimula o estupro e coloca o aborto como a única reação cabível ao estupro", explicou.

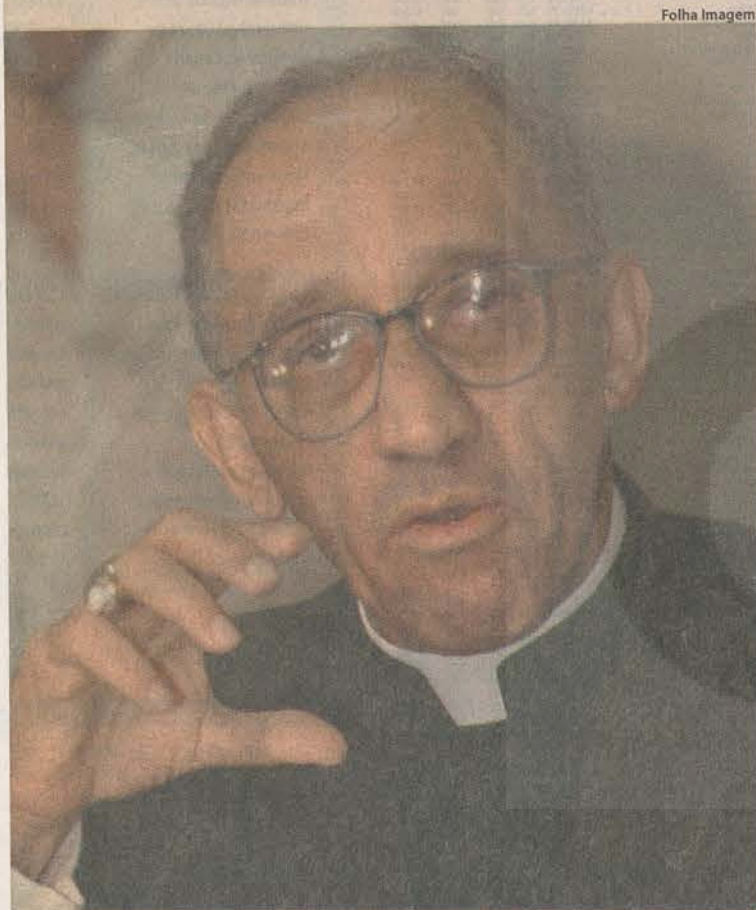
Ele disse que o anúncio pode provocar uma reação negativa dos consumidores aos produtos da Duloren como o boicote defendido pelo presidente da CNBB.

As duas iniciativas —do Procon e do Conar— correm paralelas. No caso do Conar, a empresa tem cinco dias úteis para apresentar sua defesa e, além da suspensão do anúncio, outras sanções poderão ser adotadas, como advertência. Outros dois anúncios da Duloren foram alvo de processo do Conar em 1997.

Colaborou a Reportagem Local

na de estupro, será multada pelo Procon em até R\$ 1,9 mi

à marca Duloren



Folha Imagem

com Lucas Moreira Neves, da CNBB, que quer boicote à campanha

Empresa vai se defender

da Reportagem Local

“É um direito dele, como religioso, defender o que ele acredita. Mas acho que ele deveria propor boicote também a certos programas de televisão, como o “Fantástico” ou certas novelas.”

Foi dessa forma que o presidente da Duloren, Roni Argalji, reagiu ao ser informado da proposta de boicote aos produtos da sua empresa feita pelo presidente da CNBB.

Ele informou que decidiu não mais veicular o anúncio que provocou tanta polêmica, mas disse que vai apresentar sua defesa tanto ao Procon quanto no Conar. “O anúncio foi mal interpretado. Foi tudo um mal-entendido.”



CPT e CIMI sem espaço na Assembléia da CNBB

Antônio Canuto*

Como acontece todos os anos, os Bispos de todo o Brasil se reuniram em Itaici, SP, de 22 de abril a 1º de maio, para a realização de sua 36ª Assembléia. O tema central tratava da missão e dos ministérios dos leigos.

A assembléia ocorreu dentro de um contexto em que a Reforma Agrária vinha ocupando um espaço cada vez maior na mídia. As ações do Movimento Sem Terra (MST), eram bombardeadas de todas as formas pelo governo e pela grande imprensa. Os índios também tinham realizado, no início deste ano, inúmeras ações em diferentes pontos do país tentando defender ou recuperar parte de seus territórios. E a seca que vem atacando o nordeste começava a provocar a fome e por consequência os saques.

Apesar disto, uma das novidades da Assembléia deste ano foi que a Mesa Diretora não reservou espaço para as comunicações das diferentes pastorais e outros órgãos ligados à igreja. Por isto não havia um espaço predefinido nem para a CPT, nem para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Cada pastoral ou organismo que desejasse fazer alguma comunicação deveria fazê-lo por escrito. Todas seriam reunidas num

único caderno a ser entregue a todos os bispos. Este caderno logo recebeu o apelido de “lixão”, por ser um material que dificilmente alguém irá utilizar, tal o volume de papéis distribuídos na assembléia.

Esta decisão provocou reação entre muitos bispos que se manifestaram defendendo espaço sobretudo para a CPT e para o CIMI, diante da gravidade do momento atual. Também foi apresentada a proposta de um tempo para se aprofundar o documento “Por uma Melhor Distribuição da Terra – O desafio da Reforma Agrária” do Pontifício Conselho de Justiça e Paz. E houve quem pedisse uma declaração pública da assembléia sobre a Reforma Agrária.

As diferentes propostas foram a votação e assim se abriu espaço na pauta para o aprofundamento do documento do Vaticano e para uma declaração sobre a Reforma Agrária.

A imprensa deu grande cobertura à Assembléia. A imagem que a mídia apresentou da mesma não correspondeu à realidade. Enquanto os temas debatidos eram mais internos da igreja – o novo ritual do batismo, missão e ministérios dos leigos e outros –, o que a imprensa noticiava dava a impressão de que os debates político-sociais eram o centro da atenção dos bispos. Isso aconteceu por que os bispos em suas entrevistas, respondendo às perguntas dos jornalistas, tomaram posições corajosas sobretudo no sentido da não incriminação dos que praticam saques em extrema necessidade, e na defesa do direito da pessoa lançar mão do que estiver ao seu alcance para afastar o fantasma da fome. Essas posições tiveram grande repercussão em todo o país e provocaram a reação, entre muitos outros, do próprio Presidente da República que taxou tais afirmativas como demagógicas e irresponsáveis.

Versões

A primeira versão do pronunciamento sobre a Reforma Agrária recebeu muitas críticas. A segunda, também não agradou aos participantes da Assembléia. D. Tomás Balduino, presidente nacional da CPT, chegou a sugerir que o texto fosse arquivado, pois não apresentava nenhuma novidade, além do que já fora muitas vezes defendido. No final foi aprovada uma pequena nota que não teve a menor repercussão.

A versão preliminar do documento principal sobre a Missão

e os Ministérios dos leigos sofreu muitas críticas e ele foi totalmente reformulado. Os Bispos elogiaram a nova redação, tanto pelo esforço feito pela equipe de assessoria quanto pelo conteúdo. Mesmo assim, julgaram que o texto tratava muito mais da missão da igreja como um todo, não atacando diretamente a função e ação dos leigos. Aproveitou-se que este texto seja divulgado para que os leigos o estudem e dêem suas sugestões — depois ele será alterado para que apresente uma visão dos leigos do Brasil.

Alguns leigos, antes do início dos debates sobre o documento, deram seu testemunho de trabalho na igreja. Nos bastidores houve críticas porque os convidados foram só leigos ligados a universidades. Não houve a presença de nenhum representante de um segmento muito maior de leigos engajados nos trabalhos da igreja, nas diferentes pastorais e serviços.

Pedia-se também uma tomada de posição da CNBB quanto à participação de padres e religiosos como candidatos às próximas eleições. Este pedido baseava-se na necessidade de se ter uma resposta uniforme em todo o Brasil. O regional do Paraná já havia tomado posição quanto ao assunto, não concordando com as candidaturas. Caso alguém se candidatasse, deveria se afastar do ministério. O plenário decidiu que seria melhor não se manifestar. Cada diocese ou regional deverá examinar seus casos, em separado.

Mereceu sérias críticas nos bastidores a presença de Chiara Lubich, fundadora dos focolarinos, na Assembléia. As críticas fundamentavam-se no fato de os Bispos não terem sido consultados a respeito desta presença, do aparato que acompanhou a visita e por ter coincido com o dia reservado ao ecumenismo...

Análise de conjuntura

A análise de conjuntura apresentada na manhã do segundo dia de trabalho da Assembléia dos Bispos foi muito aplaudida. Ela partiu dos "Desafios que enfrentamos hoje no Brasil". O país tem um mercado enorme, 50 milhões de pessoas vivem bem ou muito bem. Esse número, maior que a população de muitos países, permite que uma economia forte funcione. Ao lado destes, porém, sobrevivem outros 100 milhões de brasileiros, os chamados "decadentes"

pessoas da classe média que foram perdendo seu poder aquisitivo e que vivem mal, e os "excluídos" que mal sobrevivem. Estes últimos não são vistos.

A propaganda é dirigida aos 50 milhões que podem consumir. Para os outros 100 milhões sobram as novelas, o futebol e os programas de televisão de baixo nível.

Os maiores desafios do momento são: o desemprego — que atingiu 17,2% na Grande São Paulo, em fevereiro deste ano —, e a falta de perspectiva para vencer este problema, pois as políticas adotadas pelo atual governo conduzem necessariamente à recessão e portanto a uma conseqüente diminuição do emprego. Estas políticas são a estabilização da moeda, e a submissão incondicional do Brasil ao modelo econômico neoliberal que prevalece no mundo. A Reforma Agrária, vista na análise como uma grande solução para o problema do desemprego, não tem nenhuma prioridade no programa do governo. Este só dá respostas pontuais, e não tem uma política efetiva de reforma agrária

A realidade internacional

Na análise de conjuntura internacional o Acordo Multilateral de Investimentos — AMI, que está sendo gestado na Organização Mundial do Comércio — OCDE, organismo que reúne 29 nações, recebeu grande destaque. Este acordo quer ser a Constituição de uma economia mundial unificada. E isto estava sendo elaborado em segredo. Este acordo consagra em definitivo o poder dos investidores internacionais em qualquer parte do mundo sem qualquer restrição. Tornam-se eles os senhores de tudo e ditam as leis. Quem a eles se opuser não terá vez. O não cumprimento das cláusulas deste acordo dará aos investidores o direito de levar a juízo, em cortes internacionais, os governos que ditem qualquer norma, ou que não impeçam qualquer manifestação que possa acarretar algum prejuízo aos investimentos. Os investidores se sentem no direito de exigir indenização pelos prejuízos.

E a consagração definitiva da Ditadura do Dinheiro.

* Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra

CNBB

Campanha busca fim da corrupção

26.8.98
ABNOR GONDIM
da Sucursal de Brasília

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) lançou ontem campanha para coletar 1 milhão de assinaturas para projeto de lei que facilite a cassação de candidatos envolvidos em corrupção.

"A compra e venda de votos está dentro da nossa cultura. O povo está declarando em público que aceita vender seu voto em troca de emprego", disse o presidente da CNBB, d. Jayme Chemello.

Segundo ele, a ameaça de maior corrupção este ano deve-se à possibilidade de reeleição.

O projeto prevê a cassação do registro de candidatura e até do diploma do candidato eleito, se for comprovado seu envolvimento na compra de apenas um voto.

A mesma punição é prevista para os casos de uso da máquina administrativa com a distribuição de favores. No caso dos eleitores que venderem seus votos, o projeto prevê que eles podem receber perdão judicial se depuserem contra os políticos corruptores.

"A Justiça Eleitoral não cassa os políticos envolvidos com a compra de votos se entender que isso não foi responsável por sua vitória eleitoral", disse o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira. "Só tem havido punição em casos escandalosos", afirmou o ex-procurador-geral.

Junqueira é um dos autores do projeto como membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, órgão vinculado à CNBB.

Na opinião dele, é mais viável punir o candidato corrupto com a perda da candidatura do que prendê-lo pelo crime.

A campanha visa obter o "efeito pedagógico" de despertar os candidatos e os eleitores contra a corrupção eleitoral. O projeto será encaminhado para apreciação do Congresso no próximo ano.

As duas primeiras assinaturas a favor do projeto são do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ilmar Galvão, e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Oscar de Castro. As assinaturas serão coletadas de 7 a 13 de setembro.

o se restringe a partidos nem é de oposição ao governo

'realidade perversa'



Chico Lima/Folha Imagem

da Reportagem Local

O bispo de Jales, d. Demétrio Valentini, responsável pela Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), disse ontem que as manifestações previstas para o dia 7 de setembro em todo o país — o "Grito dos Excluídos" — não serão "reduzidas a proporções partidárias".

"Se pessoas ligadas à candidatura Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, do PT) vão estar em algum ato é decisão delas. Todos têm a liberdade de gritar", disse.

Segundo d. Demétrio, o "Grito", uma referência ao "grito do Ipiranga" dado por d. Pedro 1º em 1822 ("Independência ou Morte"), não será um ato de oposição ao governo, "mas contra uma realidade perversa".

"Queremos fazer uma versão atual do grito de d. Pedro. Agora é o povo, chega de príncipes", disse o bispo, que criticou a afirmação do presidente Fernando Herinque

Cardoso de que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) estaria ligado ao plantio da maconha no Nordeste.

"Se fosse na Colômbia, nem sei se estariam vivos os que dizem isso. Aqui não, o MST é democrático", disse. "Até agora, o MST foi rigoroso, não atingiu terras produtivas", disse, em referência à nova onda de invasões coordenadas pelo movimento.

Os organizadores do ato não pouparam críticas ao governo.

"Queremos discutir a crise e Fernando Henrique não quer. Quem só pensa em eleição é ele", disse Afonso Pola, da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

"Uma das metas de FHC era a moradia, e só gastou R\$ 10 milhões com isso. Agora, diz que irá gastar R\$ 40 milhões. Isso é que é se aproveitar do momento", afirmou José Albino Melo, da Central de Movimentos Populares (CMP).

A assessoria de FHC não foi localizada para comentar as críticas.

Evento é adiantado em Taubaté

das Regionais

Cerca de 500 pessoas devem participar hoje do "Grito dos Excluídos" que será realizado antecipadamente na praça Dom Epaminondas, em Taubaté, às 9h. O evento oficial acontece na segunda-feira em Aparecida.

A manifestação é organizada pelas pastorais sociais.

Segundo o padre Antônio Donizete Sgarbi, coordenador diocesano, para caracterizar o lema deste ano — "A Ordem é Ninguém Passar Fome" — os manifestantes terão uma sacola vazia.

Um grupo de 80 jovens, que saiu de Brazilândia na última terça em direção a Aparecida, também estará em Taubaté hoje. A caravana passou a noite de anteontem em São José dos Campos, em uma

igreja, e seguiu à pé pela manhã até Caçapava.

Uma equipe com 30 policiais estará orientando o trânsito na região central de Taubaté.

Os sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e dos Bancários de Araraquara, junto com várias pastorais da igreja e movimentos sindicais, também farão ato na segunda em Ribeirão Preto.

Os sindicatos esperam que 5.000 pessoas participem da manifestação, que irá culminar a partir do meio-dia.

Segundo Carlos Alberto do Nascimento, 31, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Araraquara, a manifestação também marcará a abertura de um congresso formado por lideranças sindicais, em que serão discutidos os problemas dos desempregados.

o "Grito dos Excluídos"

ro do Rio

s de 7 de setembro

almente, atrás de terras. Do Paraná partiu para Altamira, no Pará, em 1971, atraído por terras distribuídas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Ele conta ter vindo para o Sudeste em busca de um tratamento para um dos seus 11 filhos, que é surdo-mudo.

Thomassen diz ainda ter sido expulso há cinco meses de uma roça que ocupara, em Macaé, estando desde então sem plantar.

MANIFESTAÇÃO Bispo de Jales diz que o "Grito dos Excluídos" não

CNBB apóia ato contra

EM MARCHA



Vista do acampamento montado pelos sem-terra ligados ao MST na Cinelândia, no centro do Rio, à espera d

Sem-terra acampam no cent

Grupo de mais de cem adultos e crianças prepara-se para manifestação

ISABEL CLEMENTE
da Sucursal do Rio

Um grupo de mais de cem pessoas, entre elas 15 crianças, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) está acampado desde a noite de quinta-feira na Cinelândia, no centro do Rio.

Os integrantes do MST vieram de Campos (a 279 km do Rio), Macaé (a 188 km) e outras cidades do norte fluminense para

participar do "Grito dos Excluídos", ato previsto para o dia 7 de setembro em todo o país.

A ação no Rio tem similares em pelo menos 23 Estados. A idéia do grupo é fazer um desfile após a parada militar.

O MST montou duas grandes barracas na praça em frente ao Teatro Municipal e à Assembléia Legislativa do Rio, onde pretende permanecer até terça-feira de manhã.

"Nós somos o público, portan-

to, podemos ficar em lugar público. Se a polícia chegar, a gente negocia", disse o lavrador Antônio Maria Porto, 51.

Contrastando com os executivos engravatados que circulam durante todo o dia pelo centro do Rio, Walmar Thomassen, 70, ainda mostra bastante disposição para conseguir um "pedaço de terra para plantar".

Filho de finlandeses, nascido em Santa Catarina, Thomassen cruzou o país de norte a sul, lite-

CNBB veta discurso político em ato

BERNARDINO FURTADO
enviado especial a Aparecida
LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Aparecida

O esforço da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para evitar que o "4º Grito dos Excluídos", em Aparecida (SP), fosse transformado em um ato da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desagradou ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Temendo que os representantes dos outros movimentos que participaram da organização do ato, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CMP (Central de Movimentos Populares), fizessem discursos pró-Lula, apenas pessoas da CNBB discursaram.

Os discursos tinham linha oposicionista, condenando o pagamento da dívida externa e as privatizações. Eles defendiam a reforma agrária e uma melhor divisão de renda, além de um "novo modelo político e social". Mas não houve referências diretas ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Após a manifestação, realizada em frente à basílica de Aparecida (170 km a nordeste de São Paulo), José Rainha Júnior, líder do MST, lamentou que representantes dos movimentos sociais não tivessem sido autorizados a discursar.

"Não basta falar da fé. O povo tem que rezar e eu rezo. Mas os

movimentos sociais precisam apresentar o rumo, o que fazer para combater as causas da exclusão social", afirmou Rainha.

No final do ato, quando alguns manifestantes começaram a gritar "Brasil, urgente, Lula presidente", os organizadores da manifestação colocaram uma música religiosa, que abafou o coro petista.

"Entramos com o canto por cima do Lula. O momento era maior do que isso. No ano que vem não vai haver eleições e vamos fazer o 'Grito'", disse d. Demétrio Valentini, coordenador da Pastoral Social da CNBB, responsável pelas manifestações em todo o Brasil.

Em entrevista no final do ato, d. Demétrio Valentini criticou Fernando Henrique. "O presidente deveria manifestar mais apreço pela cidadania. Ele deveria valorizar o 'Grito', e não caracterizá-lo como um ato de oposição", disse.

São Paulo

Líderes do MST e da CUT também não falaram no ato dos excluídos realizado na praça do Monumento do Ipiranga, em São Paulo. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que os organizadores do ato decidiram que não fariam discursos na manifestação. "Temos que parar com esse negócio de discurso, que é uma chatice", disse.

Colaborou Emanuel Neri, da Reportagem Local

8.9.98
FAS

CNBB critica o fim de isenções fiscais

Igreja vê mensalidades mais caras nas PUCs

da Sucursal de Brasília

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) criticou ontem a intenção do governo de cobrar contribuição previdenciária de entidades filantrópicas.

A cúpula da Igreja Católica no Brasil também anunciou que a crise econômica está provocando "falta de recursos materiais" na instituição. Para enfrentar o problema será feita, no próximo dia 13, uma coleta nacional de doações.

No fim da tarde, d. Jayme se encontrou com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Saiu da reunião criticando a forma como o governo pretende separar as entidades filantrópicas e as com fins lucrativos.

"Se a entidade tiver lucro, tem de pagar (a Previdência). Agora, como é que se prova que ela é lucrativa? Prova isso para mim", afirmou o bispo ao ser questionado sobre as finalidades das PUCs (pontifícias universidades católicas). "Elas podem vender açúcar e ter prejuízo", disse.

Creches

Segundo d. Raymundo Damasceno, secretário-geral da CNBB, o eventual fim da isenção da contribuição patronal vai "inviabilizar" a existência de entidades como creches e asilos beneficentes.

A medida, de acordo com o religioso, também deve provocar aumento nas mensalidades de universidades e escolas católicas.

"A igreja tem muitas obras fi-

lantrópicas e cumpre até funções sociais que deveriam ser do Estado. Se passar essa medida, a população carente será muito prejudicada", disse d. Raymundo.

O fim da isenção, previsto em uma MP (medida provisória), foi anunciado anteontem pelo ministro da Previdência, Waldeck Ornélas. Hospitais e santas casas devem ser isentos, segundo alteração feita ontem no texto da MP.

"É preciso caracterizar bem o que é uma entidade filantrópica", disse o vice-presidente da CNBB, d. Marcelo Carvalheira.

Na opinião dele, devem ser enquadradas como instituições filantrópicas mesmo universidades e colégios privados católicos — frequentados, na maioria, por estudantes de classe alta e média.

"Há muitos bolsistas nessas instituições. Além disso, a receita ajuda a manter outras entidades que atuam para os mais pobres", afirmou.

Dia de coleta

D. Damasceno anunciou que, por causa da crise, a igreja registrou uma forte redução nas contribuições que recebe.

As regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela escassez de recursos — é para lá que deve se dirigir a maior parte do que for arrecadado na coleta nacional prevista para o próximo dia 13.

D. Marcelo Carvalheira ressaltou que a igreja não vai vincular o recebimento de contribuições à concessão de bençãos.

da CNBB, d. Jayme Chemello, durante entrevista

RELIGIÃO *Secretário-geral afirma que é positivo atrair mais*
CNBB faz "ressalvas"

PATRICIA ZORZAN
 da Reportagem Local

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Raymundo Damasceno, define como "positivo" o fato de padre Marcelo Rossi estar atraindo fiéis à igreja, mas ressalta a importância de um compromisso social do catolicismo e critica o excesso de emoção durante as celebrações. "Agora parece que a sociedade, não é só a igreja, está dando importância demasiada aos sentimentos, à emoção. A TV vive um pouco disso, de despertar a emoção, o sentimento das pessoas."

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

★

Folha - Como o sr. avalia a atuação do padre Marcelo Rossi?

Raymundo Damasceno - É importante entender essa atuação do padre Marcelo dentro do Movimento da Renovação Carismática Católica. Algumas características desse movimento são a valorização da oração comunitária, a expressão corporal e a ação missionária dos leigos. Outra característica é esse esforço de utilizar os

meios de comunicação para a ação da igreja. Creio que também o movimento tem resgatado e recuperado certas devoções tradicionais como a reza do terço e a adoração ao santíssimo sacramento. Mas é importante que todos exerçam sua atividade dentro de uma pastoral de conjunto, inserida na diocese, na igreja local onde eles atuam.

Em relação à atuação do padre Marcelo, o que a gente tem visto é que ele tem conseguido reunir uma grande massa de gente para rezar e cantar.

Folha - Mas o fato de ele fazer uso de elementos como a dança e o canto, que são semelhantes aos dos evangélicos...

Damasceno - Isso não é exclusivo das igrejas evangélicas. O Movimento da Renovação Carismática Católica tem suas origens no pentecostalismo evangélico. Evidentemente ele assumiu certas atitudes e certos comportamentos próprios desses grupos.

Não só o padre Marcelo, mas outros também têm se caracterizado por essa capacidade de reunir muita gente para rezar, para louvar a Deus, para cantar. Isso é positivo, evidentemente. Mas eu diria que não é o único caminho que a igreja tem para evangelizar.

Folha - A opção dele conquista mais adeptos?

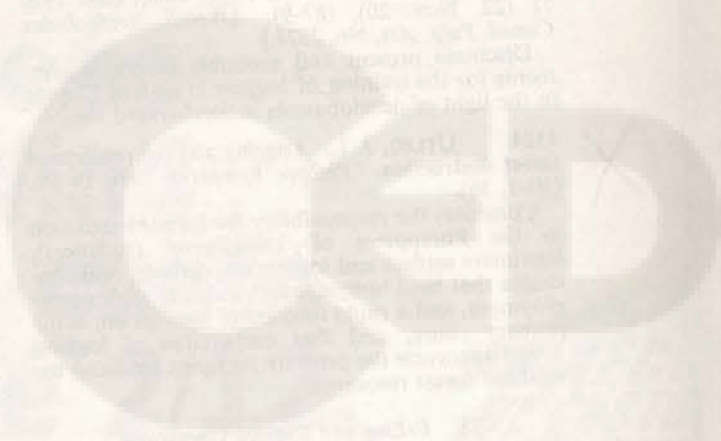
Damasceno - Não sei. Vamos ver no futuro. Você mede o resultado pela aglomeração de pessoas ou pelos frutos que perduram e permanecem? A televisão, o rádio e o jornal não são a única maneira de evangelizar. A igreja usa? Usa. São ótimos? São. Mas não são únicos.

Folha - Hoje esses novos métodos têm melhores resultados?

Damasceno - Não se pode dizer. Cada um tem uma metodologia diferente. Ele (padre Marcelo) está procurando atingir uma massa. Esse talvez seja um objetivo. Alcançar pessoas que, por meio de outros caminhos, talvez não fossem atingidos e que são alcançados pela TV, pelo rádio e pela imprensa. Talvez não sejam alcançados, por exemplo, em um ambiente mais restrito da igreja, da celebração litúrgica em um templo.

Tem de ter isso claro porque senão daqui a pouco parece que o padre Marcelo é que resolveu todo o problema da igreja. O padre Marcelo tem um talento, mas não é modelo para todos os padres. Isso depende de talento, de carisma, de dom e da realidade do trabalho de cada um.

Folha - O que o sr. acha do fato



DE S.PAULO

domingo, 13 de dezembro de 1998 **brasil 1 ■ 15**

fiéis, mas critica excesso de emocionalismo nas celebrações
" à atuação de padre

32; 35); Ankündigung des Messias (?) (23,1).

de fiéis atribuírem curas a ele?

Damasceno - Quem faz o milagre é Deus. Nós não fazemos milagres. Além do milagre físico há o milagre, muito mais importante, que é o espiritual, de conversão das pessoas para o evangelho, para Cristo. Isso é fundamental. É o dom da fé.

Folha - Mas há pessoas que dão testemunhos de curas físicas.

Damasceno - Não estou negando também que haja possibilidade de milagre. Nós acreditamos em milagre. Mas digo que quem faz é Deus. E tem de verificar se o que está acontecendo é milagre mesmo, se ele está fazendo milagre ou não. Não é simplesmente dizer que aconteceu milagre para todo o lado. Não é que eu negue o milagre. O milagre pode existir.

Folha - A igreja se preocupa com

a transformação de padre Marcelo em um homem de espetáculo?

Damasceno - Nas celebrações litúrgicas, é importante distinguir a celebração eucarística da missa, que tem normas que orientam a cerimônia em toda a igreja e em todo o mundo, de encontros de oração em que não há regras para expressar a religiosidade, como são essas assembleias grandes de massa. Isso é diferente.

Folha - Mas mesmo nas missas são praticados cantos e danças.

Damasceno - Não sei se ele está fazendo isso porque não estou acompanhando. Quem acompanha é o bispo dele. Mas faço essa distinção. O sacerdote que preside essas celebrações e que está inserido na igreja está inserido em um presbitério, sob a direção de um

bispo da igreja local. Isso supõe que ele tenha critérios e discernimento para saber até onde pode ir a sua atuação. Também é importante dizer que a nossa fé tem de ser traduzida em um compromisso social para que não seja uma religião intimista, subjetivista, encerrada dentro de um templo e que seja apenas a expressão emocional, sentimental, superficial de um momento. Agora parece que a sociedade, não é só a igreja, está dando importância demasiada aos sentimentos, à emoção. A TV vive um pouco disso, de despertar a emoção, o sentimento das pessoas.

Folha - O que padre Marcelo faz está dentro dos padrões da igreja?

Damasceno - Contanto que você coloque tudo o que disse anteriormente. Fiz uma série de ressalvas.

Luiz Marques - 25.fev.98/Folha Imagem



Dom Raymundo Damasceno, secretário-geral da CNBB, acha positiva a atração de fiéis de padre Marcelo

“Eucaristia não é show”, diz bispo de MT

da Reportagem Local

“A eucaristia não é um show.” Essa é a síntese da opinião de dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), sobre o estilo de celebração adotado pelo padre Marcelo Rossi.

Ligado à corrente progressista da Igreja Católica, Casaldáliga vê em padre Marcelo um fenômeno “passageiro”, que perderá sua influência com o tempo.

O bispo compara o padre a fenômenos de massa quando perguntado sobre sua capacidade de atrair fiéis para a igreja.

“O povo também está sendo atraído pelo Ratinho, pelo Leão e pela Xuxa. E eles não são muito adequados”, diz, em relação aos apresentadores de programas po-

pulares de TV.

“Há muita gente à procura de religiosidade que, evidentemente, se deixa levar”, afirma.

E acrescenta: “Uma coisa é um cantor, um ator. Outra é um padre-cantor ou um padre-ator”.

O bispo defende mudanças na celebração de missas para “acabar com a monotonia”, mas condena o que considera falta de elegância e publicidade fácil, que seriam características do padre Marcelo.

Religiosidade alienada

Fiel à orientação progressista, Casaldáliga diz temer uma forma de religiosidade “alienada, que esqueça o compromisso social do Evangelho”.

Novamente, uma ameaça representada pelo padre, ligado à Reno-

vação Carismática, corrente conservadora da igreja que privilegia questões “espirituais”.

O bispo afirma que o estilo do padre paulista não foi discutido no último encontro da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), realizado em abril.

Mas considera inevitável que o assunto seja analisado na próxima conferência, também em abril, ainda que de maneira periférica.

Casaldáliga ressalta que não vê Rossi como um tema prioritário de discussões. “Eu estou mais preocupado com a situação social do país”, afirma.

O bispo de São Félix do Araguaia é defensor da reforma agrária e dos sem-terra. Em 96, afirmou: “Se o governo não faz a necessária reforma agrária, o povo tem que fazer”.

Em nota de Natal, CNBB critica novo teto salarial de servidor

da Sucursal de Brasília 18.12.98

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) criticou ontem a fixação do teto salarial de R\$ 12.720 para o funcionalismo em sua mensagem de Natal. A nota ataca o fim das isenções previdenciárias para as entidades filantrópicas e a política econômica do governo. A CNBB considera que a desigualdade social está chegando a “níveis intoleráveis”.

“É inaceitável que, exatamente nas proximidades do Natal, possam ser decididos, sem controle democrático efetivo, grandes aumentos para alguns servidores públicos, enquanto outros não rece-

bem nenhum aumento há vários anos, e trabalhadores têm de aceitar a diminuição de seus salários para não serem despedidos.”

A CNBB lembrou que o teto equivale a quase cem vezes o salário mínimo (R\$ 130) e que há milhões de brasileiros que, quando têm emprego, não recebem nem a metade desse valor.

Magistrados

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Luiz Fernando de Carvalho, ironizou a reação do Congresso à fixação do teto salarial do funcionalismo em R\$ 12.720 e criticou o presidente do STF (Supremo Tribunal

Federal), Celso de Mello, por ele ter admitido a revisão do valor.

“Pela primeira vez, uma notícia velha causa enorme polêmica”, disse. Ele lembrou que em abril de 1997 o então presidente do STF, Sepúlveda Pertence, comunicou ao Congresso que aquele valor correspondia ao maior salário de ministro do tribunal. Carvalho interpretou a reação dos parlamentares como meramente política.

Ele atacou particularmente Mello, afirmando que ele assumiu compromisso com os outros ministros do STF de defender o teto de R\$ 12.720 e que, antontem, admitiu a revisão desse valor em caráter pessoal.

À MODA DOS AIAT

CNBB propõe a volta ao passado para resolver o desemprego

Antenor Nascimento Neto



A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, produziu na semana passada um dos mais estonteantes documentos sobre matéria econômica

que já se viram nos últimos tempos. Todos os anos os bispos escolhem um tema para sua Campanha da Fraternidade e escrevem uma cartilha para orientação dos fiéis. Em 1999, a CNBB batalhará pelo aumento do emprego. É uma atitude piedosa, caridosa, e nesse ponto os padres só merecem elogios. Estranha é a forma como supõem solucionar o problema. A cartilha mostra que os bispos advogam um calote na dívida externa. Querem freios aos avanços tecnológicos. Desejam um retorno das pessoas ao campo, mas não para tocar grandes fazendas mecanizadas. Nada disso. O ideal é que as famílias plantem mandioca para vender na aldeia mais próxima. Aliás, a cartilha é contra a produtividade. Finalmente, é contra "o ídolo dinheiro", criador de "pecado social e estrutural", embora proponha a arrecadação de dinheiro para ajudar desempregados e estimular campanhas de emprego.

A Igreja brasileira é contra o capitalismo, que criou o emprego como se conhece hoje e agora o está destruindo. É contra o neoliberalismo, que, entre outras coisas, excita "a força do

erotismo, da sexualidade e da violência", além de criar problemas para o meio ambiente. De todas as críticas a respeito do neoliberalismo, essa é certamente a mais estranha. Dela se pode concluir que, se o mundo regredisse ao feudalismo, as pessoas seriam mais pudicas, mais mansas. Os bispos não chegam a criticar a produção de bens de consumo, mas sugerem que é preciso criar uma sociedade que priorize a "produção de valores de uso socialmente necessário". O que exatamente querem dizer com isso é difícil entender. "A economia sozinha não faz a História. Faz implodir a História", diz dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo.

A cartilha é destinada a esclarecer os fiéis sobre a Campanha da Fraternidade de 1999 e dar-lhes argumentos e meios na luta contra o desemprego. O documento tem 82 páginas e quem desejar conhecê-lo em detalhes pode procurá-lo na paróquia mais próxima ou na internet, um dos brilhantes frutos da revolução tecnológica que o bispado abomina. O documento dos bispos é curioso e revelador. Além de divertido. Num de seus tópicos, por exemplo, perde-se tempo em perorar sobre o nome correto a ser dado ao fenômeno que a maioria dos irmãos leigos já consagrou como globalização econômica. Não. O nome correto é "mundialização do capital". Só do capital. Não há referência à tremenda circulação de bens e serviços entre os países, que tem criado riqueza não financeira e, embora não tenha gerado empregos na mesma proporção, pelo menos está dando trabalho de boa qualidade aos países mais pobres. A omissão talvez se deva ao fato de que atrapalha dois dos principais raciocínios da cartilha. Primeiro, de que o capitalismo é uma força destruidora. Se-



"Não temos uma proposta técnica, mas uma análise ética."

Dom Raymundo Damasceno, secretário-geral da CNBB

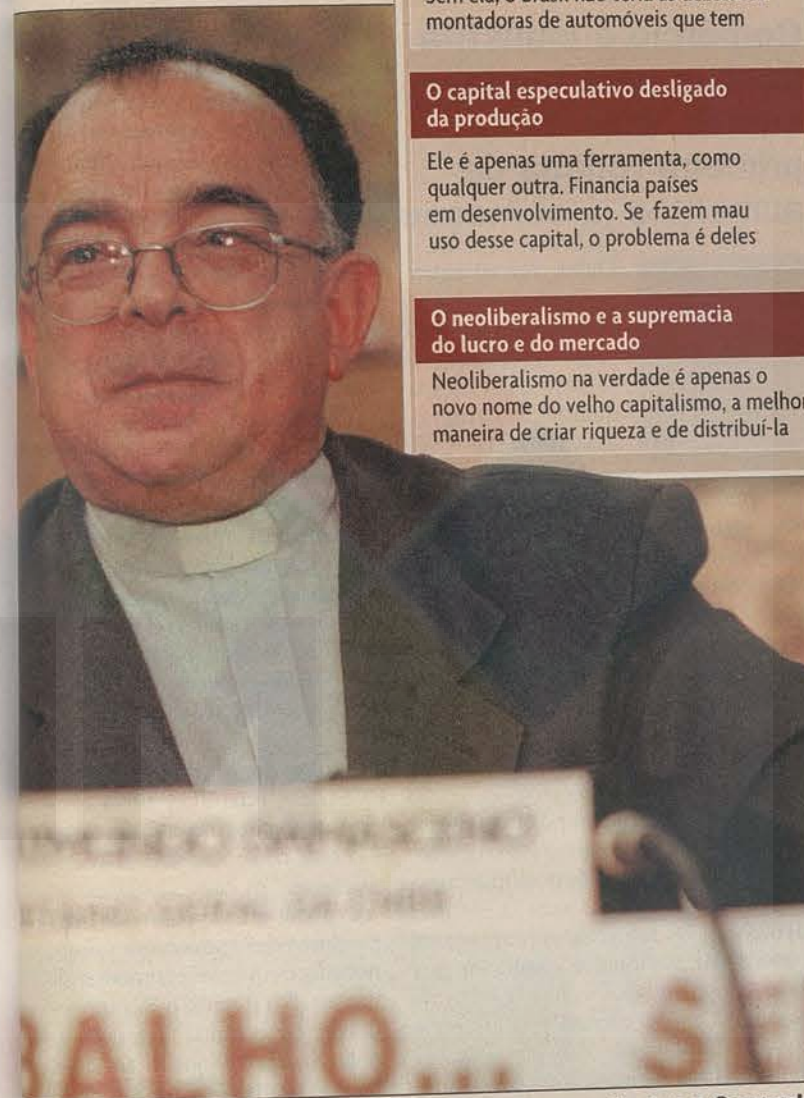
gundo, de que ficou pior com a globalização, ou a mundialização.

A postura que a CNBB colocou no papel é reveladora, porque mostra uma Igreja confusa com as complexidades da situação econômica atual e mais confusa ainda por misturar problemas de fé, de dogma ou de doutrina com as questões práticas da economia. Aí aparecem os absurdos como a idéia de que o dinheiro é um bezerro de ouro que deve ser incinerado, ou de que a prosperidade econômica estimula os defeitos mais feios da alma. É incrível que os 396 bis-

Polemica com Mendonça Fortalece Malan

Acredite se puder
Faxina mostra que no Ministério da Agricultura acontecem coisas além da imaginação

LÁS



O Belzebu econômico

Os seis pontos que, segundo a CNBB, estão arrasando a sociedade e o emprego, e por que a Igreja se engana nesse diagnóstico

A tecnologia poda empregos

Sem ela, o Brasil não teria as dezessete montadoras de automóveis que tem

O capital especulativo desligado da produção

Ele é apenas uma ferramenta, como qualquer outra. Financia países em desenvolvimento. Se fazem mau uso desse capital, o problema é deles

O neoliberalismo e a supremacia do lucro e do mercado

Neoliberalismo na verdade é apenas o novo nome do velho capitalismo, a melhor maneira de criar riqueza e de distribuí-la

Abertura econômica indiscriminada

A abertura derrubou a inflação e trouxe investimentos ao Brasil. Não há consenso entre economistas sobre se ela foi indiscriminada ou não

A dívida externa, cujo pagamento impede investimentos no campo social

O que impede investimentos no campo social é o buraco no caixa do governo, não a dívida externa. O caminho mais curto para quebrar o país de vez seria deixar de pagá-la

O pecado

Nesse ponto, a Igreja entra em seu ramo específico de conhecimento, que é o sobrenatural. Não há o que discutir

Dom Raymundo abre a Campanha da Fraternidade: cartilha de economia

ção alguma com a produção física, gera desemprego. E liquida o poder dos Estados, mesmo os mais poderosos. Quem seria o chefe desse malefício? Nesse ponto, os bispos tropeçam.

Num ponto dizem que os mercados são uma entidade anônima e descontrolada. Depois mostram o satanás: fundos de investimento e fundos de pensão. Esses dois tipos de organização capitalista sustentam governos, comprando seus títulos, e ajudam fábricas,

investindo em suas ações. Não são parasitas. Sua função é permitir que as pessoas poupem e possam desfrutar uma velhice mais tranqüila. Aliás, é isso o que provavelmente fazem milhões e milhões de ovelhas católicas em todo o mundo, sem julgar que, de acordo com os bispos do Brasil, estão pecando. Em seguida, outros controladores da finança parasitária mundializada são apontados, num trecho que foge à compreensão. Além das instituições financeiras, são também "Estados poderosos do planeta" que mandam nesse capital. A CNBB aponta como prova incisiva da conspiração o socorro de 55 bilhões de dólares dado ao México em 1995. Bem, o socorro salvou o México, recuperou sua economia e provavelmente evitou que o desemprego explodisse. Os bispos só merecem perdão por não saber o que dizem.

Também parecem imaginar que o aumento da produção de alimentos é um problema. Constatam que um agricultor alimentava quatro pessoas por volta de 1945 e que, trinta anos depois, nutria 36 pessoas. O que há de mau nisso? Explicação: embora a tecnologia agrícola se tenha tornado capaz de resolver a questão da fome, não está mais empregando tanta gente. "Hoje em dia produzir mais não vem do aumento da área cultivável ou de se trabalhar mais. O segredo está no processo científico de

veja 24 de fevereiro, 1999 47

e arcebispos que formam essa comunidade, e aprovaram o documento, com essa visão primitiva dos processos econômicos. Isso se vê na avaliação que fazem do mercado financeiro. Ele aparece na cartilha bem perto da figura de um bicho furado, com língua bifurcada e patas bode. A Igreja considera que o mercado financeiro dominou o mundo e que esse sistema em que o dinheiro gera mais dinheiro, por meio de operações complicadas, transformando-se numa máquina parasitária que, não tendo rela-

de os dois saírem do ministério, Flores do gabinete de seu desafeto informar

veja

19 de maio, 1999

A responsabilidade de quem autorizou os convênios fica para depois.

mento, Celso Lafer, cujo desempenho desagrada até mesmo a integrantes do PSDB. FSP 20.5.99

SANDRA CAVALCANTI

A CNBB e a evangelização



Pedido de desculpas jogará o País em imenso ridículo nacional e internacional

As comemorações do descobrimento do Brasil vão produzindo, na imprensa e nas escolas, muitos trabalhos interessantes sobre nossa história. Um detalhe disso é o processo da venda de livros sobre esse assunto. Ao lerem esses livros, geralmente muito bons, muitas pessoas deduzem que o ensino recebido nos bancos escolares, além de deficiente, foi ideologicamente contaminado. Só agora começam a avaliar corretamente o que foi a grande aventura dos descobrimentos. Só agora, graças a recentes pesquisas, a versão correta sobre o preparo e organização dessas expedições mostra a importância de seus objetivos. Infelizmente, ainda há tipos bastante atrasados, vorazes mesmo, que se penham em julgar as falhas dos descobridores pela ótica do mundo de hoje, em países estruturados, com democracia e liberdade, com direitos humanos definidos em lei e com relações internacionais cada dia mais claras. Não se dão conta de que, por trás de toda aquela deslumbrante coramência, de toda aquela louca glória, existiam, além de grandes negócios altamente lucrativos, outros costumes e outras regras de conviver. Aproveitando-se dos meios de transporte daquela época, utilizando-se das organizações comerciais, estabeleceram os que pensavam em expandir o reino da cristandade.

Nas caravelas de então, em que viajavam experimentados pilotos, sábios, cientistas, funcionários dos respectivos impérios, lá estavam os sacerdotes missionários.

No caso do Brasil, removido o entulho positivista e marxista do ensino de nossa história, só agora é que podemos avaliar o que significou, para nosso começo como nação, a presença dos padres missionários.

A chegada dos jesuítas, em 1549, marca o início da escola pública, da luta pela obediência às leis e, principalmente, da valorização da criatura humana. Nunca será demais exaltar as figuras de Nóbrega, Anchieta e seus companheiros.

Pedir desculpas pela ação evangelizadora desses pa-

dres, definindo o seu comportamento como cruel, colonialista, desrespeitador, impositivo e deformador, é dar prova de total desconhecimento dos fatos e de total cegueira diante da realidade.

Quando aqui chegaram, logo após o Descobrimento, os padres não encontraram um país estruturado, uma nação organizada. O território, vasto e indefinido, era ocupado por milhares de grupos nativos. Não eram homogêneos, não tinham a mesma cultura nem o mesmo grau de desenvolvimento. Portanto, não tem cabimento vir com essa história de que os evangelizadores cometeram um crime cultural contra os índios e, por isso, a Igreja Católica vai, agora, 500 anos depois, pedir desculpas.

Se foi crime colonizar o Brasil, organizar o território, dar instrução, buscar melhores condições de vida, implantar hábitos de higiene, ensinar a viver sob o império das leis, então o pedido de desculpas não é só da

Igreja Católica. É dos protestantes, é dos espíritas, é dos positivistas, é dos portugueses, dos franceses, dos holandeses, dos ingleses, dos americanos, dos espanhóis. É dos médicos, que desmoralizaram os curandeiros. É dos engenheiros, que construíram estradas de ferro e pontes. É dos professores, que ensinaram a ler e a escrever. É dos músicos, que introduziram instrumentos desconhecidos dos índios. É dos marinheiros, que construíram outro tipo de embarcações. É das famílias novas, que não aceitaram mais matar velhos e crianças aleijadas. É das agriculturas, que plantaram cana e café. É, principalmente, dos cozinheiros europeus, que mudaram os hábitos nativos e tiraram, de nosso cardápio, os saborosos churrascos de brancos, bispos e desafetos.

A CNBB pretende fazer, em nosso nome, sem autorização nossa, apoiada por delirantes reescritores da História do Brasil, um pedido de desculpas pela forma como nossos missionários atuaram na evangelização. Esse gesto jogará o País num imenso e indescritível ridículo, nacional e internacional.

De minha parte, que carrego no sangue a doce mistura de todas as raças que compõem o povo do meu país, meu pedido de desculpas é outro. Dirijo-me a Nóbrega, Anchieta e aos outros, que devem estar, lá em cima, atônitos com essa idéia de jericó. Olho para eles e peço: "Por favor, perdoem! Até mesmo na CNBB ainda há grande obra de evangelização a realizar..."

■ Sandra Cavalcanti é secretária especial de Projetos Especiais da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. E-mail: scavalca@pcrj.rj.gov.br



O ESTADO DE S.

CEDEM

Ex-Helder morreu no Recife aos 90 anos

Bibliothek
30117
Institut für Brasilienkunde
METTINGER



Institut für Brasilienkunde